

Letícia Leandro Sá Motta

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA GEOGRAFIA:
OURO PRETO COMO RECURSO DIDÁTICO

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2011.

Letícia Leandro Sá Motta

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA GEOGRAFIA:
OURO PRETO COMO RECURSO DIDÁTICO

Monografia apresentada ao curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Especialização em Cultura e Arte Barroca.

Orientadora: Prof^a. Maria Cristina Rocha Simão

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2011.

M921e

Motta, Letícia Leandro Sá.

Educação patrimonial e ensino da geografia [manuscrito] : Ouro Preto como recurso didático / Letícia Leandro Sá Motta - 2011.
iii, 75 f.; il. color.;

Orientadora: Profa. Maria Cristina Rocha Simão.

Monografia (pós-graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Filosofia Artes e Cultura. Pós-graduação *Lato Sensu* em Cultura e Arte Barroca.

Área de concentração: Cultura e Arte Barroca.

1. Arte barroca - Minas Gerais. 2. Patrimônio cultural - Preservação. 3. Educação patrimonial. 4. Geografia - Estudo e ensino. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 7.025.3:911:37.091.39

Dedicatória

Dri, Lili e Tutu.

Agradecimentos

Agradeço, de coração, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho e em especial à professora Cristina pela excelente orientação, Rodrigo pelo carinho, paciência e grande apoio, Marta Leandro pelo trabalho com as fotografias, Anita pelas palavras de estímulo, Pati pela estadia em Ouro Preto, e funcionários do Ifac pela gentileza e apoio técnico.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar algumas reflexões de ordem conceitual, teórica e metodológica com vistas a oferecer contribuição aos professores de Geografia, e de outras áreas, para a realização de trabalhos na área de educação patrimonial urbana. A cidade de Ouro Preto se apresenta como a espinha dorsal desta pesquisa, pois para esta cidade convergem e irradiam várias questões relativas ao patrimônio cultural brasileiro.

Procuramos desvendar os vários formatos que o conceito de patrimônio adquiriu ao longo do século XX no Brasil e os fatores que os condicionaram, além de apresentar algumas reflexões úteis e necessárias para uma prática de educação patrimonial mais crítica e transformadora.

Apresentamos um estudo diagnóstico de alguns dos *lugares* de patrimônio que compõem o chamado “centro histórico” de Ouro Preto e de outros lugares periféricos a este centro, ressaltando possibilidades de observação e análise na perspectiva sócio-espacial. Apresentamos a metodologia do trabalho de campo como um dos caminhos mais adequados para viabilizar a prática de educação patrimonial urbana, capaz de perceber a cidade como um patrimônio cultural de todos os que nela residem.

Assim, a cidade, na qualidade de patrimônio cultural, é vista como a somatória de todos os seus lugares, não somente os preservados, mas também os espaços degradados, e analisada na perspectiva de sua conservação integral.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	01
1. Educação patrimonial: novos caminhos, novas possibilidades	06
2. O ensino da Geografia e a educação patrimonial	09
Capítulo 1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E A CIDADE DE OURO PRETO	14
1.1. A formação do conceito de Patrimônio Histórico Nacional	15
1.2. A cidade como patrimônio	16
1.3. A construção do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	20
1.4. Para além da noção de patrimônio histórico e artístico	27
Capítulo 2. UM NOVO OLHAR SOBRE OURO PRETO	34
2.1. A importância da metodologia do trabalho de campo	36
2.2 A “cidade patrimônio”	44
2.3 A cidade vista como patrimônio de todos	49
2.3.1 Lugares preservados	51
2.3.2 Lugares degradados	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

Lista de Ilustrações

Figura 1. Estudantes em trabalho de campo na cidade de Ouro Preto	39
Figura 2. Antigo mercado de Tropeiros – 1880	47
Figura 3. Preservação e qualidade visual do espaço urbano	53
Figura 4. Capela dos Passos da Paixão de Cristo e Semana Santa	54
Figura 5. Tapetes de rua: patrimônio cultural intangível	56
Figura 6. Carnaval de Ouro Preto: festa democrática nas ruas da cidade	57
Figura 7. Praça Tiradentes: espaço de manifestação de poder e sociabilidade	58
Figura 8. Chafarizes presentes nas ruas de Ouro Preto: lugares de fruição	60
Figura 9. Lugares de existência corrente dos habitantes locais	61
Figura 10. Ocupação desordenada das encostas da Serra de Ouro Preto	63

Considerações Iniciais

Não possuímos as chaves que abrirão as portas de um futuro melhor, nem temos o caminho traçado. Porém, podemos vislumbrar, através da educação, possibilidades para uma melhor formação dos cidadãos do futuro. Em meio às interações que se multiplicaram e às certezas das ideologias que diminuíram, a educação para o século XXI deve ser pensada enquanto possibilidade para a promoção de uma ética planetária. Além do objetivo da contextualização, a educação deve incluir no seu espectro o desenvolvimento de valores éticos, estéticos e sócio-ambientais que possam conduzir os cidadãos a atitudes e ações mais democráticas e responsáveis sobre os espaços territoriais onde vivem. Defendemos aqui, como ponto de partida para esse novo processo educacional, uma atenção especial à heterogeneidade sociocultural e a observância atenta das diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente. Sendo assim, nada mais adequado que inserir nos programas de ensino o debate acerca dos diferentes usos e percepções do patrimônio cultural existente em territórios urbanos.

Há alguns anos, a questão do patrimônio cultural passou a ser incluída na pauta de discussões de órgãos de governo federal, estadual, municipal. Hoje, essa temática começa a se estender para as instituições de ensino através de projetos que, infelizmente, ainda se mostram, na sua maioria, bastante tímidos, devido principalmente às limitações da bibliografia disponível que, raramente, está direcionada para subsidiar o trabalho dos professores.

Embora o estudo dos problemas urbanos seja tratado com competência pela Geografia, quando conjugado à questão dos usos e percepções dos bens patrimoniais urbanos, o nível da análise e o entendimento da abordagem se ampliam e passam a exigir outros referenciais teóricos, conceituais e práticos. Isso acontece porque a noção ampliada de patrimônio cultural que se apresenta hoje no Brasil e no mundo,

aliada à realidade complexa que vivenciamos, aponta para novas perspectivas da educação patrimonial, exigindo que os problemas sejam tratados de maneira plural, sem se esgotar em uma única disciplina.

Diante da carência de uma literatura direcionada para subsidiar trabalhos de professores de Geografia que incluíram nos seus programas de ensino questões relativas ao patrimônio cultural urbano, resolvemos investir nossos esforços de pesquisa para gerar um conhecimento que ajudasse a preencher essa lacuna. Debruçamo-nos, então, sobre uma leitura atenta de trabalhos de geógrafos, educadores, historiadores, arquitetos, sociólogos e filósofos, entre outros, que produziram estudos afins. Sem pretensão, é claro, de superar os estudos daqueles autores, nos propomos fazer recortes das abordagens multidisciplinares que, direta ou indiretamente, trataram do tema, para, num segundo momento, conjugá-las na forma transdisciplinar que a questão patrimonial e sua prática educativa tanto requerem.

Optamos por tomar a cidade de Ouro Preto como espinha dorsal de nossa pesquisa porque, a partir dessa cidade, convergem e irradiam várias questões relativas ao patrimônio cultural. Um estudo mais detalhado sobre esta cidade poderia contribuir para a criação do suporte teórico-conceitual que falta aos professores de Geografia que se interessam pela questão patrimonial e, ainda, serviria para apontar alguns caminhos e possibilidades para práticas pedagógicas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do exercício do olhar sobre o patrimônio cultural urbano. O objeto de referência seria a “cidade patrimônio” e, o objetivo, conjugar ensino da Geografia e educação patrimonial na perspectiva ampliada do conceito de patrimônio cultural.

Nessa linha de pensamento pretendemos dividir nossa pesquisa em duas partes que formatarão os capítulos desta monografia.

No primeiro capítulo analisaremos, criticamente, as várias conjunturas sociais, políticas e culturais vivenciadas no Brasil ao longo de todo o século XX e os seus desdobramentos na construção dos vários conceitos de patrimônio que se apresentaram nesse período. A partir da análise crítica do pensamento e das ações que permitiram o surgimento das várias concepções de patrimônio, procuraremos demonstrar a participação, direta ou indireta, da cidade de Ouro Preto em,

praticamente, todo o processo. Esperamos que este primeiro capítulo venha a oferecer aos professores de Geografia, bem como a docentes de outras áreas com interesse na educação patrimonial, uma compreensão clara de cada um dos conceitos de patrimônio que se apresentaram e dos fatores que os condicionaram, e, ainda, algumas reflexões úteis e necessárias que possam subsidiar esses professores nas avaliações das práticas educativas que vêm desenvolvendo, na área de patrimônio.

No segundo capítulo desta monografia apresentaremos algumas reflexões e análises sobre o patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto visto a partir de uma perspectiva sócio-espacial. Pretendemos apontar alguns caminhos que possibilitem novas leituras do espaço da “cidade patrimônio” em escala local, procurando transcender a forma tradicional de percebê-la nas escalas nacional ou mundial. Para isso, apresentaremos a metodologia do trabalho de campo como um dos caminhos mais adequados para viabilizar uma prática de educação capaz de perceber a cidade como um patrimônio cultural de todos que nela residem, entendendo a cidade como a somatória de todos os seus lugares, não somente os preservados, mas também os espaços degradados, considerando a cidade, assim, a partir de uma proposta de conservação integral. Apresentaremos um estudo diagnóstico de alguns dos *lugares* de patrimônio que compõem o chamado “centro histórico” e de outros lugares periféricos a este centro, ressaltando possibilidades de observação e análise que os lugares ensejam na perspectiva de tempo e espaço.

Tomando esta cidade como referência, nos empenharemos em produzir um conhecimento que se traduza em aporte para professores de Geografia que estejam interessados em promover um olhar mais crítico do aluno sobre a cidade, com base no princípio da cidadania.

Argan discute com precisão o uso do conceito de “centro histórico”, ao apresentá-lo em sua complexidade. Ressalta a importância deste conceito “para a redução da invasão dos lugares antigos por parte de organismos administrativos ou de funções residenciais novas que conduziriam, mais cedo ou mais tarde, à sua destruição”. Mas o mesmo autor esclarece que:

O mesmo conceito, porém, é teoricamente absurdo porque, se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo. Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. Pôr em discussão sua historicidade global equivale a pôr em discussão o valor ou a legitimidade histórica da sociedade contemporânea (...).¹

O ponto de partida para a compreensão do espaço urbano na sua complexidade requer muitos esforços e, entre eles, tem destaque a observação atenta dos diversos lugares que compõem o território urbano, a percepção da coexistência de temporalidades históricas diferentes nesses lugares e o entendimento das várias dimensões (política, cultural, social, ambiental e ou econômica) que a análise destes lugares enseja.

Apresentaremos o trabalho de campo (observação, aprendizagem *in loco*, contato direto, vivência...) como recurso eficaz tanto para a produção de conhecimento, quanto para o sucesso das relações de ensino e aprendizagem. O estudo de campo traz consigo o incentivo à autonomia diante da produção do conhecimento, desperta o senso crítico e o interesse de investigação. Por isso mesmo, se apresenta aqui como um dos métodos utilizados para embasar esta pesquisa e, ao mesmo tempo, como sugestão de prática de ensino para aqueles professores que se propõem a trabalhar com lugares de patrimônio cultural das cidades.

O conhecimento é gerador de valorização e valorização significa apropriação, cuidado. Ninguém, em lugar nenhum, vai amar, valorizar, proteger, preservar, resgatar ou aproveitar de maneira sustentável aquilo que desconhece. Por outro lado, se queremos espaços urbanos melhores de se viver, o contato e a compreensão dos lugares de patrimônio cultural preservados podem favorecer novas percepções, novos valores, afetividades e novas atitudes em relação a outros lugares degradados da cidade.

Compartilhamos as idéias de Márcia Chuva quando a autora afirma que:

¹ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.P.78

A preservação cultural visa a compreensão da realidade e a sua transformação para uma qualidade de vida melhor, a partir de referenciais que situam no tempo e no espaço os sujeitos da história, não como saudosistas do passado ou planejadores do futuro, mas como capazes de tornar o presente um tempo bom de se viver.²

Não obstante, queremos apresentar também o outro caminho possível que é o da compreensão da realidade como geradora das intenções e ações de preservação do patrimônio cultural.

Acreditamos na grande importância da educação patrimonial no papel que lhe cabe de salvaguarda dos bens patrimoniais urbanos, mas acreditamos também na sua capacidade de contribuir para a formação de uma nova mentalidade sobre os territórios urbanos, promovendo novos valores e novas atitudes sobre as cidades contemporâneas. Assim, esperamos que nosso estudo possa contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos dos professores de Geografia que se preocupam em melhor informar e formar cidadãos brasileiros, capazes de atuar, gerir, reutilizar ou construir espaços urbanos de uso mais democrático e melhores de se viver.

Bem dissertou Flávio Lemos Carsalade sobre a estreita relação que é possível existir entre educação, patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável. Suas palavras nos fazem acreditar que o estudo que propomos tem razão de ser:

Se a função social da educação é, além da inserção socioeconômica do indivíduo, o desenvolvimento dessa própria sociedade, a noção de patrimônio cultural, coletivo e comum a um grupo, permite o desenvolvimento de uma ética de ações. Traz consigo a noção de desenvolvimento sustentável, pelo qual cada intervenção na realidade deve considerar seus impactos na manutenção da identidade e da herança coletiva, do ponto de vista ambiental ou cultural. Traz consigo o desejo (...) da ação concreta de melhoria das condições sociais globais, do desenvolvimento da comunidade na qual se insere e da requalificação do patrimônio coletivo acumulado ao longo das

² CHUVA, Márcia. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. In. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. [Lições de Minas – volume XXIII – dezembro de 2002].

gerações, verdadeira herança de um povo, herança real que deixamos para nossos filhos.³

1. Educação patrimonial: novos caminhos, novas possibilidades

O conceito de patrimônio cultural se amplia e, junto com ele, o interesse pela matéria. Se durante quase todo o século XX, no Brasil, eram consideradas como patrimônio cultural, digno de ser preservado, apenas obras excepcionais de valor histórico e artístico, a nova conjuntura social e política brasileira dos anos 1980 vai promover o alargamento dos conceitos de patrimônio e preservação, passando a considerar como patrimônio cultural todos os bens tangíveis e não tangíveis, portadores de valores simbólicos para as comunidades locais.

Por várias décadas, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural, visando à promoção de uma memória nacional, foi uma constante no Brasil e dominou o pensamento e as ações de todos aqueles que, direta ou indiretamente, se interessaram pela questão patrimonial. Hoje, a questão patrimonial toma uma nova dimensão, se apresentando com espectro bem maior. Ela nos é apresentada sob uma ótica mais abrangente, abarcando aspectos de ordem cultural, econômica, social e política, ora de maneira isolada, ora de maneira integradora.

Uma das abordagens mais recentes e fecundas no campo dos estudos sobre patrimônio cultural diz respeito a reflexões e debates acerca da chamada educação patrimonial. No Brasil, nos últimos anos, o interesse pela educação patrimonial vem aumentando de maneira significativa. Alguns projetos nesta área tiveram início nos anos 1980, por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, com o surgimento de trabalhos importantes em torno de propostas metodológicas de observação, registro, exploração e apropriação do patrimônio cultural. Mais tarde, 1999, o IPHAN

³ CARSALADE, Flávio de Lemos. Educação e Patrimônio Cultural. In: In. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. [Lições de Minas – volume XXIII – dezembro de 2002], p.77.

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) prepara o Guia Básico de Educação Patrimonial que propõe como princípio básico da Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.⁴

A educação patrimonial é algo bastante recente na história da educação brasileira, mas já apresenta algum desenvolvimento, em termos teóricos e práticos. A educação patrimonial passou a ser prevista e regulamentada para o ensino básico no final dos anos 1990, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-1997-1998) elaborados pelo MEC. Nesse momento, os PCNs previam a educação patrimonial dentro da ementa para o ensino de História.

Porém, aconteceu que os debates acerca da Educação patrimonial foram se ampliando e novas reflexões, novos conceitos e abordagens foram sendo acrescentados e a questão patrimonial foi tomando uma nova dimensão. As perspectivas da Educação patrimonial foram sendo ampliadas na medida em que muitas áreas do conhecimento como a Geografia, a Educação Artística, Ciências, Língua Portuguesa, Literatura, entre outras, além da História, também passaram a se envolver em projetos ligados à educação patrimonial. Assim, o que se apresenta hoje em termos de educação patrimonial no Brasil, nos parece ter avançado para além daqueles debates dos anos de 1980 e 1990.

Um dos livros dos Parâmetros Curriculares Nacionais dedica-se às proposições dos chamados “temas transversais”. Segundo os PCNs, os temas transversais são questões sociais que tratam de processos que estão sendo

⁴ HORTA, Maria de Lourdes Parreira, et alli. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p.6.

intensamente vividos pela sociedade, comunidades, famílias, alunos e educadores em seu cotidiano. Ainda para os PCNs, os temas transversais “são questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macro-sociais e também atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões”.⁵

Embora não tenha sido tratada pelos PCNs como tema transversal, quando levada para o debate em sala de aula a questão patrimonial traz, na sua essência, o caráter da transversalidade. Uma análise mais atenta sobre as questões atuais que envolvem patrimônio cultural nos faz acreditar que, pelo menos, quatro dos seis temas transversais propostos pelos PCNs não podem mais ficar de fora dos debates acerca da educação patrimonial, sendo eles: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo. As questões relativas ao patrimônio cultural atravessam diversos campos do conhecimento e sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-las em sua totalidade.

O que estamos presenciando é a abertura e a ampliação cada vez maior do leque de possibilidades da educação patrimonial, na medida em que ela passa a percorrer as várias áreas do conhecimento. As novas abordagens que estão sendo desenvolvidas a partir das inúmeras possibilidades que o tema permite, têm levado inclusive ao alargamento do próprio conceito de patrimônio cultural.

A questão patrimonial é tão complexa que muitos projetos de educação patrimonial acabam tendo que recorrer a várias áreas do conhecimento, principalmente, quando o eixo básico é a cidadania. A transdisciplinaridade, na qual a questão patrimonial nos parece se encaixar, é uma abordagem pedagógica proposta recentemente e vinculada ao pensamento complexo e epistêmico tratado com muita propriedade por Edgar Morin em *Os Sete Saberes necessários à Educação do futuro*. Para esse antropólogo, sociólogo e filósofo francês, diante da complexidade dos problemas vividos pelas sociedades contemporâneas, apenas estudos de caráter transdisciplinar poderiam resultar em análises satisfatórias.

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Para esta nova pedagogia não devem existir fronteiras entre áreas do conhecimento e a interação deve chegar a um nível em que seja praticamente impossível distinguir onde começa e onde termina cada disciplina. Segundo Morin, os processos do conhecimento estão dispersos, desunidos, devido à especialização que quebra os contextos, as globalidades e as complexidades; a debilitação da percepção do global conduz à debilitação da responsabilidade (cada um só se responsabiliza pela sua tarefa especializada) e à debilitação da solidariedade (já ninguém sente vínculos com os concidadãos).

Infelizmente, o saber especializado, fragmentado do século XX colocou em segundo plano a educação para a cidadania e despojou, em grande parte, o indivíduo da qualidade de cidadão responsável e solidário com sua cidade, com o planeta. Defendemos, assim, a transdisciplinaridade como pedagogia para o tratamento da questão patrimonial. Porém, se isto ainda não é possível, devido ao grau de especialização na formação dos professores de ensino fundamental e médio, que, pelo menos, se reconheça a complexidade do tema, os vários caminhos e possibilidades que ele encerra. Por hora, investimos em uma educação patrimonial voltada para a cidadania via ensino da Geografia; nem tanto para ensinar conteúdos, mas para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes positivas sobre os usos e a (re) construção dos territórios urbanos.

2. O ensino da Geografia e a educação patrimonial

Um dos novos caminhos encontrados pela Geografia para formar cidadãos críticos, capazes de enfrentar os problemas do seu tempo é o de recorrer à educação patrimonial para a promoção de um novo olhar sobre os espaços e os lugares da cidade. Nunca, na nossa história, assistimos a tanta destruição e com tamanha rapidez dos espaços das nossas cidades. Nos lugares das casas constroem-se espigões, os espaços “vazios” transformam-se rapidamente em lugares de estacionamento, os passeios, hoje chamados de calçadas, se encurtam e as ruas se alargam, os quintais e jardins são raros e, com eles, os espaços verdes também diminuem. Nessa avalanche de problemas urbanos, muitos lugares de patrimônio

cultural estão desaparecendo, sem sequer terem tido tempo para serem devidamente reconhecidos; com este patrimônio material esvaem-se os significados imateriais que lhes conferimos.

É bem verdade que o processo de degradação dos espaços urbanos começou na Europa no século XIX, o que, inclusive, levou ao despertar da consciência patrimonial e aos primeiros debates sobre o tema da preservação. Porém, e especialmente no caso do Brasil, foi a partir das décadas iniciais do século XX, sobretudo dos anos 1950 em diante, que a aceleração do desenvolvimento econômico e da industrialização impactaram profundamente os espaços urbanos.

Conforme Meira, a “defesa do patrimônio nas cidades não precisa passar apenas pelos gostos e referências de uma cultura de elite (...), a cidade, seguramente, pertence a todos, está presente no cotidiano de cada um e é também, ao longo do tempo, tecida enquanto memória coletiva”. Para essa autora, a preservação do patrimônio cultural no Brasil encontra-se ainda muito impregnada pelo “senso comum e pela passionalidade” e quando se fala em patrimônio, “a imagem reducionista comumente lembrada é a de uma “casa velha” ou de uma edificação monumental consagrada”. O patrimônio cultural ainda é visto por muitos como “uma concretização romântica capaz de reviver um passado mitificado” e, por outros, “como um entrave na busca do progresso modernizador.”⁶

Ainda para Meira, tanto a postura celebrativa quanto a de rejeição do passado negam a dimensão transformadora que o patrimônio cultural pode assumir como “referência para a transformação do presente e a construção do futuro”. Essa nova dimensão com que o patrimônio cultural pode ser tratado parte da compreensão de que o processo cultural é plural, complexo, em permanente construção e que uma postura crítica é indispensável no sentido de aprimorá-lo.

Embora no campo do ensino da Geografia o patrimônio cultural seja tratado, muito comumente, a partir de sua dimensão celebrativa, monumental ou alegórica,

⁶ Todas as referências em aspas foram retiradas de MEIRA, Ana Lúcia. *O Passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

alguns professores desta disciplina já percebem a sua dimensão transformadora. A educação patrimonial via Geografia pode resultar na compreensão dos lugares de patrimônio em escalas variadas: do patrimônio cultural existente no bairro onde se mora até a compreensão do planeta como patrimônio de todos. Essa união entre a Geografia e a Educação patrimonial pode ser bastante promissora para as práticas de ensino, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento dos valores éticos, estéticos e sócio-ambientais, essenciais para as atitudes cidadãs, isto é, valores que devem permear as relações de uso, produção e reprodução dos espaços das cidades contemporâneas.

Argan chama a atenção para a nossa falta de percepção e habilidade para com os lugares ao dizer que “imaginamos as cidades do futuro, como se a degradação das cidades dependesse do destino e não da nossa incapacidade de as conservar”.⁷ E é para um pensamento diferente deste e a favor da construção de um novo olhar sobre as cidades contemporâneas, que a união da Geografia com a Educação Patrimonial pode contribuir.

O conceito de *lugar* utilizado pela corrente humanista da Geografia nos parece o mais apropriado para promover a articulação da Geografia com as questões do patrimônio cultural das cidades. Yu-Fu Tuan, um dos maiores teóricos desta corrente afirma que “*lugar*, na linguagem coloquial, apresenta dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui “espírito”, “personalidade”, existe um “sentido do lugar”.⁸ Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também à audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Lugar, para a Geografia Humanista (também chamada de Geografia Cultural ou da Percepção), é aquele espaço da cidade carregado de simbologia, fruto da construção de um elo afetivo entre o cidadão e o ambiente em que vive. O lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a

⁷ ARGAN, *Op.cit.*, p.225.

⁸ *Apud* HOLZER, Werther. O Conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea. GEOgraphia(UFF), UFF/EGG, Niterói, RJ,v.5, n.10, p113-123, 2003.

exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) ao qual se refere Yu-Fu Tuan.

Uma das premissas que regem e que constituem a base da discussão humanista na Geografia refere-se ao princípio da idiosincrasia, isto é, a maneira de ver, sentir, reagir de cada pessoa a respeito dos territórios, paisagens e lugares. Tuan estuda a cidade como síntese desses campos, pois o espaço humanizado seria a materialização das atitudes atuais e passadas para com o ambiente. Daí, podermos falar em lugares de patrimônio, lugares de cultura, lugares a serem cuidados, preservados ou (re) construídos.

Se os lugares de patrimônio são resultados de atitudes dos cidadãos tomadas no passado e no presente, mas, carregados de simbologias e significados que os fazem dignos de serem cuidados e preservados, então, podemos considerar estes lugares como espaços de referência. Como espaços positivos, esses lugares merecem ser estudados e compreendidos na sua dimensão cultural, social, política e econômica para subsidiar as possíveis interferências a que serão submetidos ou, então, merecem ser estudados para servir de referência na construção ou reconstrução de outros lugares, que virão a ser o legado urbano desta geração para as gerações futuras.

Visto na perspectiva da Geografia o conceito de patrimônio cultural se amplia e assume uma dimensão sócio-espacial com atenção às diferentes temporalidades históricas. O patrimônio cultural passa a ser pensado e analisado como um patrimônio de uso e fruição, que ocupa espaços (ruas, casas, igrejas, praças, mercados, museus, teatros, bairros...) e produz os *sentidos de lugares* das cidades; provedores de lazer, cultura, turismo, geradores de emprego e renda e potencialmente promissores para um desenvolvimento sustentável.

Esse diálogo que começa a existir entre ensino da Geografia e educação patrimonial parece bastante promissor. Ele pode encorajar a produção de novos conhecimentos e de valores que venham a contribuir para a superação da indiferença de muitos dos nossos jovens frente aos problemas urbanos, capacitando-os a se posicionar e intervir de forma responsável e inteligente na (re) construção de espaços melhores de se viver. A compreensão dos lugares de patrimônio através de estudos

teóricos e trabalhos de campo pode vir a promover o encontro com o *lugar* (na cidade, no mundo) e a ajudar a criar laços de pertencimento e o respeito à diversidade.

Capítulo 1

A construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil e a cidade de Ouro Preto

O conceito (ou conceitos) de patrimônio cultural que temos hoje no Brasil é resultado das várias concepções de patrimônio que se apresentaram ao longo do século XX. A investigação pormenorizada dos aspectos da história social, política e econômica de nosso país nos permite-nos entender grande parte do processo de construção do conceito de patrimônio que temos hoje. Mas, se queremos entender a questão patrimonial numa visão mais ampla, abarcando a dimensão de tempo e espaço, não podemos deixar de avaliar a influência e a importância dos lugares de patrimônio das cidades, e em especial os de Ouro Preto, nesta construção. Acreditamos que nesta linha de pesquisa estaremos trilhando caminho capaz de nos levar a refletir melhor sobre a questão patrimonial, na sua complexidade.

A relação da cidade de Ouro Preto com a construção do conceito de patrimônio cultural brasileiro é tão estreita que é impossível falar do patrimônio cultural nacional sem mencionar esta cidade. Para além da importância dos lugares de patrimônio que Ouro Preto apresenta (tema que aprofundaremos no capítulo 2), o elo de ligação entre essa cidade e a construção do conceito de patrimônio cultural brasileiro se explica pelos diferentes usos que políticos, intelectuais, instituições e grupos sociais fizeram, e ainda fazem, desta “cidade patrimônio”.

O conceito de patrimônio cultural no Brasil adquiriu vários formatos ao longo do século XX até chegar ao conceito (ou conceitos) que temos hoje e é isto que pretendemos discutir e avaliar nas próximas páginas. Nossa intenção é oferecer aos professores mais um suporte teórico que possa auxiliá-los na avaliação crítica de suas práticas em educação patrimonial. O estudo das diferentes concepções de patrimônio que se apresentaram ao longo do século e o papel que as cidades representaram na construção dos conceitos, nos permite dividir este capítulo em três

partes: a formação do conceito de patrimônio histórico, Ouro Preto e a busca da identidade nacional e as concepções de patrimônio cultural brasileiro da atualidade.

1.1 A formação do conceito de Patrimônio Histórico Nacional

Entre o final do século XIX e o início do XX, o conceito de patrimônio cultural no Brasil ainda era bastante incipiente. Os valores da classe dominante (branca e católica) ainda estavam totalmente ligados aos valores da cultura européia, e as culturas afro-descendente e indígena, só recentemente “descobertas” por alguns segmentos da sociedade, ora eram tratadas como culturas “inferiores”, exóticas, ora eram consideradas de maneira bastante romantizada, a exemplo da produção literária da época.

O Brasil vivia nesse período um processo de transição. O regime republicano (1889) e a abolição da escravidão (1888), empreendidos pela elite católica e branca, eram fatos recentes e se traduziam em novas relações sociais, políticas e econômicas. Essa nova realidade, por sua vez, se traduzia na necessidade da construção de amálgamas para sustentar, politicamente, a nova nação que se delineava.

O certo é que, neste momento da história brasileira, a idéia de progresso era muito forte e, aliada aos ideais positivistas vigentes, fazia crer que o futuro seria melhor do que o presente e melhor do que o passado. O lema de ordem e progresso estampado na bandeira nacional (1889) indicava rumos para o futuro. O progresso estava representado pelo encadeamento dos grandes feitos: Independência de Portugal, a Abolição da escravidão e Proclamação da República e outros tantos feitos, que viriam se a ordem fosse garantida. Esse ideal de progresso talvez tenha sido o grande amálgama que reuniu classes e culturas tão distintas em prol da nação brasileira emergente.

Era necessário crer no ideal da nação brasileira, e para isso fazia-se fundamental criar os símbolos e afirmar, através dos grandes feitos da história e dos heróis, a constituição da nacionalidade. Para ser nação era preciso território e povo. Território não era problema, mas povo pressupunha identidade e referências coletivas, coisa que o Brasil da época não apresentava. Para preencher essa lacuna

era preciso articular passado e presente, na intenção de encobrir diferenças e pacificar possíveis conflitos.

Assim, de caráter bastante ideológico, começa a ser construída a memória nacional, não sem o recurso da invenção de tradições. Esclarece Hobsbawm que

toda invenção de tradições, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal e já que a história se torna parte do cabedal de conhecimento da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, popularizado por quem estava encarregado de fazê-lo.⁹

1.2 A cidade como patrimônio

É neste contexto de uma República idealizada que os espaços de muitas cidades brasileiras passam a ser modificados, ou mesmo criados, para representar a materialização da ordem e do progresso vislumbrado. Segundo Pinheiro, no final do século XIX:

há uma associação clara, por parte das elites brasileiras, entre valores culturais europeus e as noções vigentes de modernidade e de civilização, e isto vai se manifestar nos costumes, nas artes, na moda, e com destaque para a arquitetura, capaz de evocar/emular paisagens urbanas dignas das metrópoles européias. Pretendia-se esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso.¹⁰

Assim, alguns Estados da República Federativa do Brasil vão mudar as sedes de seus governos, de cidades “antigas” e coloniais para novas sedes, agora em cidades planejadas, modernas e representativas do progresso vindouro.

Eis que surge Belo Horizonte para romper com o passado colonial que Ouro Preto representava e, como cidade planejada, representar o moderno, o novo, o “civilizado”, o progresso, o futuro. A idéia de transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, além da pretensão de romper com o passado colonial, coadunava-se com os ideais de liberdade, e talvez de progresso, dos inconfidentes,

⁹ HOBBSAWM, Eric J, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.22.

¹⁰ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. L. B. Origens da noção de preservação cultural no Brasil. *Risco* (São Carlos), v. 3, 2006.

que sonharam um dia, com a transferência da capital (de Vila Rica para Vila de São João Del Rey) para incrementar as rotas comerciais com a capitania do Rio de Janeiro.

Segundo Meniconi, a comissão incumbida de escolher o melhor local para implantação da nova capital mineira deveria se guiar por critérios publicados pela Secretaria do Estado e considerar as “condições topográficas em relação a livre circulação de veículos e ao estabelecimentos de carris urbanos” e “o estabelecimento de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes”¹¹. Considerando tais condicionantes para se determinar o sítio urbano da nova capital, nos parece que a possibilidade de se reconsiderar a permanência de Ouro Preto como capital de Minas estava totalmente descartada.

Conforme Simão:

O estreito vale do Rio Funil, para o qual contribui o Córrego do Tripui, encaixa-se entre duas cadeias de montanhas de aclives abruptos e solos frágeis, relevo movimentado e hostil onde, não fosse a profusão do ouro de aluvião, jamais teria se formado qualquer povoação, muito menos com as dimensões que Vila Rica acabou por alcançar.¹²

Vê-se então que Ouro Preto não apresentava, naquele momento, nenhum aspecto de ordem natural ou político que favorecesse a sua continuidade como sede do governo de Minas.

A planta apresentada pelo engenheiro Aarão Reis e aprovada pelo Decreto nº 817 de 15 de abril de 1895, anunciava uma cidade com quarteirões amplos (120 m por 120 m), ruas largas (20 m) cruzando em ângulos retos, com amplas avenidas em diagonal. Conjugava-se as influências da malha urbana de Washington, em tabuleiro de xadrez, com influências do urbanismo parisiense com seus espaços vazios e praças, marcados por avenidas radiais. Eram preocupações urbanísticas bastante modernas para a realidade brasileira da época, e os novos conceitos de urbanismo se opunham ao estilo barroco e estilo colonial.

¹¹ MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

¹² SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.47.

Não foi sem resistência que os ouropretanos assistiram a perda do status de sede de governo de Minas. Há que destacar a criação da Empresa de Melhoramentos da capital (1891) com seus projetos de “modernização” e interferência no espaço urbano de Ouro Preto e também o projeto de expansão da cidade (1893), encomendado pela Câmara Municipal ao engenheiro João F. Blaksley. Este projeto, condizente com os ideais de modernidade, previa a expansão do espaço urbano de Ouro Preto na direção do Morro do Cruzeiro, onde deveria ser construído um viaduto (de estrutura metálica, semelhante à Torre Eiffel), ligando esta parte, nova e moderna, ao Morro da Forca ou parte antiga.¹³ É evidente que tais projetos não tiveram êxito, uma vez que faltavam os recursos financeiros e o apoio político para os empreendimentos.

Após a transferência da capital, Ouro Preto caiu num período de ostracismo, decadência econômica e processo de emigração de grande parte de sua população. De acordo com Cristina Simão,

com a mudança da capital foram tirados de Ouro Preto sua condição e 45% de seus habitantes” (...) jornais da época registravam uma cidade fantasma, repleta de casas fechadas e moradores que oscilavam entre a perplexidade e o ressentimento” (MACHADO 1995). Foi esta a cidade visitada pelos modernistas no início do século XX, declarada Monumento Nacional em 1933, conforme Decreto Federal n 22.928 de 12 de julho de 1933, e mesma que o IPHAN encontrou ao iniciar as suas atividades em 1938, inscrevendo o “Conjunto arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto” no Livro de Tombo das Belas-Artes, em 20/01/1938, conforme processo 070-T-38, fls 08, número de inscrição 39.¹⁴

Foi exatamente este abandono e esquecimento temporário, a que Ouro Preto foi relegada, que lhe garantiram a morfologia de cidade colonial do século XVIII e a condição necessária para ser declarada, oficialmente, cidade patrimônio. O esquecimento e o abandono da virada do século lhe valeram a conservação enquanto outras tantas cidades, com morfologias semelhantes à de Ouro Preto naquela época, foram quase ou totalmente modificadas em função do “progresso”.

¹³ NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Dissertação – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

¹⁴ SIMÃO, *Op.cit.*, p.49.

Pesquisa realizada por Caion Meneguello Natal, tendo como fonte os discursos sobre a cidade de Ouro Preto nos anos subsequentes à perda de seu status de capital, aponta para o início da valorização desta cidade a partir dos seus traços históricos. Este teria sido o período de início do processo de construção da imagem histórica de Ouro Preto, da cidade como “lugar de memória”. Afirma Natal que, embora o progresso fosse ansiado “era a sacralização de Ouro Preto como cidade histórica, a luta contra a ação do tempo e a favor da conservação, que começavam a vir à tona nos discursos que focavam esta cidade, no período em questão”.¹⁵

Se no final do século XIX Ouro Preto perdia a posição de sede do governo de Minas para a cidade de Belo Horizonte, no começo do XX ela conquistava o título de cidade histórica, guardiã de grandes feitos e de grandes heróis como Felipe dos Santos, Tiradentes, Aleijadinho.

É no início do século XX que começam a surgir no Brasil as primeiras referências aos espaços urbanos como lugares de patrimônio, como “lugares de memória”. Aqueles que defendiam a cidade antiga, no caso Ouro Preto, viam nela a materialização de feitos históricos: o patrimônio histórico brasileiro já existia e só precisava ser identificado e reconhecido como patrimônio histórico nacional. Os que defendiam a modernização das cidades consideravam que o patrimônio da nação brasileira estava por ser construído, estava por vir; a modernização seria o legado desta geração para gerações futuras.

Vale ressaltar que são duas perspectivas distintas de olhar as cidades como lugares de patrimônio: uma que se projeta no passado e a outra que se projeta no futuro. Embora se apresentem, aparentemente, como perspectivas contrárias, as duas se sustentam num único projeto de época: o da construção da nação brasileira.

A construção do conceito de patrimônio, atrelada à questão da formação de uma nacionalidade, ficou tão arraigada que, mesmo com toda ampliação do conceito para abarcar outros temas, muitas práticas de educação patrimonial urbana insistem em se restringir ao conceito tradicional. O patrimônio cultural urbano, muitas vezes, é visto de maneira bastante limitada, se resumindo aos espaços sacralizados como lugares de memória e de celebração de grandes feitos ou então à arquitetura monumental.

¹⁵ NATAL, *Op.cit.*

Por outro lado, a perspectiva da construção de novos espaços urbanos para um futuro promissor também não nos parece adequada para atender às novas exigências da educação ambiental relativa aos espaços urbanos. Em nome do progresso ou da modernidade muitos erros em termos de planejamento urbano foram cometidos. Devido a projetos de construção de espaços urbanos modernos, populações de classes sociais menos favorecidas foram expulsas de seus locais de moradia para as áreas periféricas, a exemplo do que aconteceu nas reformas urbanas do Rio de Janeiro ou na construção de Belo Horizonte, resultando numa segregação social e espacial até hoje sem solução.

A expansão urbana de Belo Horizonte, por exemplo, associada ao grande crescimento demográfico, extrapolou em muito os planos originais. A cidade idealizada no início do século para acomodar de 100 a 120 mil pessoas tem, hoje, uma população estimada em mais de dois milhões de pessoas e se apresenta com inúmeros lugares degradados, bem como graves problemas sociais e ambientais.

Mesmo que os primórdios das reflexões críticas sobre a qualidade do espaço urbano das cidades brasileiras estejam atreladas às utopias progressistas ou às políticas nacionalista do final do século XIX e início do XX, e nenhuma delas consiga atender as exigências das novas práticas de educação patrimonial urbana, podemos extrair daí algo de positivo. É nesta fase inicial que a cidade começa a ser pensada na sua dimensão de tempo e espaço. Considerada como a materialização das ações do homem ao longo tempo, a cidade, antiga ou moderna, passa a ser merecedora de cuidados, planejamentos, valorização e ou preservação. É importante observar que a cidade brasileira, ainda que de maneira bastante limitada e incipiente, começa a ser tratada como lugar de patrimônio.

1.3 A construção do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O movimento e os ideais modernistas podem ser considerados como marcos importantes para a compreensão da construção do conceito (ou conceitos) de patrimônio cultural no Brasil. O movimento modernista tem, entre os seus principais eixos norteadores, a busca e a valorização de bens patrimoniais considerados

“genuinamente” nacionais que pudessem identificar nossas raízes culturais e retratar a identidade da nação brasileira.

A Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo no ano de 1922 - ano do Centenário da Independência política em relação a Portugal - representou a efervescência de novas idéias, de novos padrões estéticos e, sobretudo, da busca de independência dos padrões culturais europeus, em favor da construção de uma identidade cultural brasileira. Considerando que nos anos 1920 os valores culturais das oligarquias cafeeiras e da elite paulista ainda estavam bastante presos às influências européias mais tradicionalistas, podemos imaginar o impacto causado pelo movimento modernista, bem como as resistências advindas de suas propostas de liberdade criadora e de ruptura com os cânones estabelecidos.

Dentre os trabalhos de busca por nossas raízes culturais e identidade nacional, há que destacar o trabalho do escritor e intelectual Mário de Andrade. Mário realizou várias viagens pelo Brasil afora, protagonizando verdadeira “redescoberta” do Brasil, em especial nas cidades coloniais mineiras, com objetivo de encontrar vestígios de um passado histórico e artístico que pudessem ser identificados como nacionais. Através de nossa pesquisa conseguimos identificar, pelo menos, quatro viagens deste intelectual modernista à cidade de Ouro Preto: uma em 1911¹⁶, outras duas em 1917 e 1919 e a de 1924¹⁷, a mais conhecida de todas elas, em companhia de vários outros artistas e escritores modernistas.

De acordo com Caion Meneguello Natal,

Em 1919, Mário de Andrade visita Minas Gerais, dirigindo a Ouro Preto para colher impressões sobre a arquitetura religiosa da cidade. No ano seguinte Mário lança um livro intitulado “A Arte religiosa no Brasil”, onde ele expõe um minucioso estudo sobre a obra do Aleijadinho. Este texto constitui uma das fontes que mais exaltaram as qualidades artísticas e arquitetônicas de Minas(...).¹⁸

¹⁶ Cf. GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil*. Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: Annablume. 2000. p.31

¹⁷ GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.155

¹⁸ NATAL, *Op.cit.*, p.21.

Guiomar de Grammont aponta para a possível influência dos estudos de Mário de Andrade relativos à arte colonial mineira sobre a realização da “caravana” de artistas e escritores paulistas à Minas no ano de 1924. Esta famosa viagem dos modernistas a Ouro Preto e a outras cidades mineiras teria sido uma viagem de busca e reconhecimento das nossas raízes culturais. Afirma esta mesma autora:

Em sua maior parte os modernistas eram jovens da elite que tiveram maior ou menor contato com a cultura européia e, em um fenômeno comum a este tipo de experiência, o confronto com a cultura européia os fez indagar sobre a sua própria identidade. Era preciso inventar o Brasil, criar uma origem para o país, um mundo que pudessem chamar de seu, enfim, à qual pudessem ter orgulho de pertencer e, por isso mesmo, eles a esculpam com cuidado.¹⁹

Após a viagem de 1924, a produção intelectual e artística daqueles jovens modernistas tomou novos rumos e apontou para a valorização da arte, da cultura brasileira. Trata-se de um momento de busca de uma cultura “genuinamente” nacional. Dentre a grande produção artística e literária deste período merece destaque neste texto o romance *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade que, ao nosso ver, traduz os anseios daquele intelectual de apresentar o retrato do povo brasileiro na sua multiculturalidade. Através de suas viagens de busca por nossas raízes culturais, por uma identidade nacional, Mário acaba constatando e registrando o caráter diverso e rico da cultura nacional que, somente no final do século XX, vai receber o merecido crédito.

O caráter de vanguarda de sua produção literária, à exemplo de *Macunaíma*, e a orientação do seu trabalho no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (DMC), com a criação da Sociedade de Etnologia e Folclore e a realização do Congresso de Língua Nacional Cantada, entre outros feitos, nos faz acreditar que a noção de patrimônio cultural daquele modernista estava bem à frente do pensamento de seus contemporâneos. Embora o objetivo dos modernistas fosse a busca da identidade nacional, o trabalho de Mário, resultado de suas viagens e pesquisas pelo

¹⁹ GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.156.

Brasil afora, acabou apresentando o povo brasileiro na sua multiculturalidade. Já naquela época o trabalho de Mário de Andrade indicava a diversidade cultural existente no nosso país e apontava para o reconhecimento de bens patrimoniais também diversos.

Talvez a concepção de patrimônio cultural brasileiro, assim como os seus desdobramentos, tivesse avançado a passos mais largos no século XX se a concepção de patrimônio artístico nacional, apresentada por Mário de Andrade em 1935 ao Ministério da Educação e Saúde tivesse sido assimilada e aceita ainda naquela época.

Na posição de diretor do DMC, Mário de Andrade foi convidado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, para elaborar um anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). A análise pormenorizada do anteprojeto²⁰ apresentado por Mário nos permite indicar alguns pontos bastante inovadores para aqueles tempos, e que traduzem o pensamento e o trabalho daquele pesquisador sobre o patrimônio cultural brasileiro. Muitos aspectos daquele anteprojeto se apresentam ainda hoje pertinentes aos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural brasileiro, inclusive para as iniciativas de Educação Patrimonial.

O primeiro ponto do Anteprojeto de Mário que merece atenção especial daqueles que se interessam pela educação patrimonial, diz respeito ao conceito de patrimônio artístico nacional que este modernista apresentava. De acordo com o Anteprojeto:

Entende-se por Patrimônio Artístico nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

²⁰ Qualquer professor pode ter acesso com facilidade ao texto original do anteprojeto, que foi reproduzido e publicado na íntegra, pela revista n 30/2002 do IPHAN, dedicada especialmente a Mário de Andrade. Esta revista está disponível no site www.revista.iphan.gov.br.

Note-se que a definição de patrimônio artístico nacional proposta por Mário não estabelece distinção de valores entre a arte popular e a arte erudita, pelo contrário, as apresentam numa posição equilibrada.

Outro ponto que merece destaque são as categorias de classificação das obras de arte que o anteprojeto traz. O documento sugere que os bens artísticos sejam ordenados em oito categorias: arte arqueológica, ameríndia, popular, históricas, arte erudita nacional, erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. O que há de inovador e interessante para nossos estudos é que para as artes ameríndias e populares é proposta a inclusão das paisagens (“cidades, vilarejos, lugares, aldeamentos, caminhos, tal morro do Rio de Janeiro”, etc) e as manifestações folclóricas (cantos, lendas, magias, medicinas, superstições, danças etc.) como manifestações culturais dignas de reconhecimento e de tombamento. Vê-se que tais manifestações culturais, tanto paisagens quanto o folclore, trazem consigo referenciais de um patrimônio cultural intangível, imaterial, não mensurável, carregado de símbolos e valores.

Ao considerar os lugares de arte ameríndia ou popular como patrimônio, as idéias de Mário já anunciam o respeito que se deve ter pelas particularidades das culturas locais, idéias pouco compreendidas e aceitas naqueles tempos, marcados pela busca de amálgamas que pudessem definir uma cultura nacional. A noção de patrimônio cultural implícita no anteprojeto estava para além do seu tempo, e só viria fazer parte da tônica dos debates nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Se a arte ameríndia tem destaque naquele anteprojeto, a arte afro-descendente não é mencionada e isso, talvez, se explique pela maior dedicação do autor aos estudos da cultura indígena, haja vista que entre as viagens de redescoberta da cultura nacional empreendidas por Mário e outros modernistas esteve uma excursão de 1927 à Amazônia. Contudo, devemos salientar que ao propor, pelo menos, o reconhecimento de aspectos da cultura ameríndia como patrimônio artístico nacional, a concepção de patrimônio de Mário de Andrade, proposta em 1935, embora incompleta, já acenava para o reconhecimento da diversidade cultural existente no Brasil.

A busca incessante de Mário de Andrade pelas raízes da cultura brasileira e pela identidade nacional, através de seus estudos e viagens pelo Brasil, parece não ter embaçado a realidade e o impedido de perceber que talvez a identidade nacional estivesse exatamente na somatória das diversidades.

Conforme Lauro Cavalcanti uma das preocupações do Estado Novo era:

Construir uma nacionalidade em oposição a regionalismos (...)” e “para a gigantesca tarefa de formar a nacionalidade, necessário seria tornar o país homogêneo, aplainando as distinções regionais e raciais que distinguiria , negativamente, o Brasil.²¹

É claro que, neste contexto político, a noção ampliada de patrimônio artístico nacional, proposta pelo anteprojeto de Mário não vingaria; ela não encontraria respaldo no governo Vargas, a quem não interessava a preservação da diversidade cultural, mas descobrir amálgamas que estimulassem o sentimento de nacionalidade e de uma identidade cultural. Assim, a ditadura do Estado Novo vai promover os cortes necessários, somente aproveitando do anteprojeto aquilo que não esbarrava na sua visão de nacionalidade.

No lugar do SPAN (sem o H) proposto por Mário foi criado o SPHAN ou Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que teve sua atuação regulamentada pelo Decreto-lei 25/37, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Conforme Tarcila Guedes²² o próprio Rodrigo M. F. de Andrade afirmara que a definição de patrimônio cultural do decreto-lei teria sido retirada, em parte, do esboço do anteprojeto de lei elaborado pelo jurista Jair Lins.

Nos dizeres do decreto :

Constitui Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de

²¹ CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio In PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp.179-180.

²² GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil*. Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: Annablume. 2000.

interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Por trinta anos o SPHAN, tendo Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente de sua direção, atuou de maneira expressiva na seleção e tombamento de edifícios e monumentos arquitetônicos, de “pedra e cal”, principalmente, daqueles representativos da arquitetura colonial e do barroco mineiro. O SPHAN considerava digno de preservação os exemplares que apresentassem um “valor excepcional” e ou que estivessem ligados aos fatos memoráveis da história nacional, assim como propunha o decreto-lei.

As explicações para tamanha dedicação do SPHAN ao patrimônio de pedra e cal talvez estejam na presença significativa de arquitetos no quadro de funcionários da instituição, em detrimento da participação de outros profissionais²³ e, também, no interesse do Estado, provedor direto daquele órgão, de documentar a grandiosidade do poder. Não foi sem motivo que, por aproximadamente trinta anos, o modernista e arquiteto Lúcio Costa dirigiu a antiga Divisão de Estudos e Tombamentos, depois Diretoria de Tombamento e Conservação.²⁴ Vale a pena destacar que essas concepções do SPHAN eram condizentes com o debate sobre patrimônio, predominantes naquele contexto em âmbito internacional.

Por longos trinta anos o SPHAN será o porta-voz do Estado, a quem interessava ter a cultura como suporte e veículo de sua política. Ao atuar, sobretudo, na eleição, tombamento, proteção e restauro de bens patrimoniais de “pedra e cal”, o SPHAN acabou por engessar uma concepção de patrimônio cultural restrita aos bens patrimoniais materiais.

Ao conceito de patrimônio histórico nacional, formatado nos discursos e práticas das primeiras décadas do século, é agregado o conceito de patrimônio

²³ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. O Ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. *In: Patrimônio: Práticas e Reflexões*. Anais da I Oficina de pesquisa histórica no IPHAN, Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008, pp 13-25.

²⁴ GUEDES, *Op.cit.*, p.69.

artístico nacional, tal como foi expresso no Decreto- lei 25/37. De forte conteúdo ideológico e seletivo, a concepção de *patrimônio histórico e artístico nacional* acabou por traduzir o “documento de identidade da nação brasileira”²⁵ que o estado almejava. Essa concepção de patrimônio se manifestou com tanta força que encontramos, ainda hoje, muitos professores resumindo seus trabalhos de educação patrimonial aos estudos de monumentos e exemplares de arquitetura que exaltam grandes feitos da história nacional, ou representativos de uma arte de valor “excepcional”.

Sem desmerecer o trabalho do SPHAN/IPHAN²⁶ na preservação da Casa dos Contos, da Casa de Câmara e Cadeia, das pontes e chafarizes, das igrejas e exemplares da arte barroca e de tantos outros edifícios de Ouro Preto, que por certo definem espaços de qualidade desta cidade, queremos que os professores, principalmente de Geografia, percebam que trabalhar sob a ótica de um conceito de patrimônio cultural limitado pode gerar, igualmente, práticas limitadas de educação patrimonial urbana. O que queremos dizer é que o professor deve ir além da noção de patrimônio até aqui exposta, baseado na noção de monumento ou de excepcionalidade. As ações educativas envolvendo o patrimônio cultural devem estar embasadas na concepção mais ampla possível de patrimônio, apontando assim variados caminhos e possibilidades de ensino-aprendizagem.

1.4 Para além da noção de patrimônio histórico e artístico

O conceito de patrimônio que, até os anos 1960, estava circunscrito às noções de patrimônio histórico e artístico, definido a partir de ações governamentais e baseado, sobretudo, em interesses de cunho nacionalista, começou a apresentar, ainda nos anos 1970, sinais de mudança e de ampliação em sua concepção. Transformações sociais e políticas dos anos 1980 vão contribuir para que a noção de patrimônio se firme no conceito de *patrimônio cultural*, conceito este que será definido e expresso no texto da Constituição Federal de 1988. Com esta nova

²⁵ PINHEIRO, *Op.cit.*, p.9.

²⁶ O termo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passa a ser utilizado após o Decreto n 66.967 de 27 de junho de 1970. GUEDES, *Op.cit.*, p.27.

concepção o conceito se amplia e adentra para o século XXI acenando para novas perspectivas de entendimento sobre o que venha a ser considerado bens patrimoniais e sobre os sujeitos que, de fato e direito, devem indicar esse bens.

A concepção de *patrimônio cultural* brasileiro é reflexo da abertura política e do processo democrático que o Brasil vivenciou nos anos 1980, bem como dos novos rumos que a política de patrimônio tomou, ainda na década anterior. Com Renato Soeiro à frente da diretoria do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico), de 1968 até 1979, iniciou-se um novo processo de percepção dos bens patrimoniais. Eles passam a ser considerados para além dos seus valores históricos e artísticos. Eles passam a ser considerados, ainda que de maneira incipiente, dentro do um contexto sócio-espacial no qual estão inseridos.

É nessa época, por exemplo, que se verificam iniciativas de aproveitamento de edifícios antigos em grandes cidades brasileiras, num movimento contrário aos excessos de demolição do período da ditadura militar; restauram-se os imóveis antigos e se promove a reutilização do seu valor patrimonial. O bem patrimonial urbano começa a ser considerado dentro de uma perspectiva mais ampliada, uma vez que ele passa a ser visto de maneira integrada ao contexto urbano no qual está inserido.

Aquelas novas formas de percepção dos bens patrimoniais urbanos estavam de acordo com as recomendações internacionais de proteção da época, a exemplo das recomendações do Encontro de Quito em 1967. A leitura do documento final deste encontro internacional chama-nos a atenção para um trecho das suas considerações gerais onde se afirma que “a idéia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra”²⁷.

Embora a idéia de patrimônio cultural ainda estivesse atrelada a idéia de monumento, com a atenção irradiando do bem patrimonial para o seu entorno, o certo é que, ainda nos anos 70, o bem patrimonial começa a ser considerado na sua

²⁷ As recomendações do Encontro de Quito (1967) estão disponíveis no site www.unisc.br/universidade/estrutura.../npu.../quito_1967.

dimensão espacial, no meio geográfico onde está inserido, principalmente para efeito de políticas de proteção patrimonial urbana.

Em 1979 sai Renato Soeiro e entra Aloísio de Magalhães na direção IPHAN que, unindo o instituto à Fundação Pró-Memória, conduzirá uma nova política de intervenção sobre o patrimônio. Segundo Pelegrini esta nova gestão do IPHAN passa a adotar “práticas de recuperação não circunscritas à recuperação da arquitetura barroca ou na preservação apenas de bens de *pedra e cal*”²⁸. Esta nova orientação da política de proteção patrimonial demonstra mais uma ampliação na noção de patrimônio, na medida em que o saber popular e a diversidade cultural, étnica e religiosa do país passam a ser não só considerados, mas valorizados e reconhecidos através de ações efetivas.

Temos neste período uma ampliação nos tipos de bens considerados como patrimônio cultural e as primeiras considerações para a proteção dos bens patrimoniais do tipo intangível, imaterial. A gestão de Aloísio parece tentar resgatar uma dívida social com os grupos que tiveram, até então, suas manifestações e bens culturais excluídos das políticas oficiais de proteção de patrimônio. Vale lembrar que os ideais de Mário de Andrade, propostos em 1936, são, agora, retomados, na medida em que outros grupos sociais e outros bens patrimoniais passam a ser contemplados nas políticas de proteção patrimonial.

Nos anos 1980 há uma continuidade da ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil. É nesta década, um dos momentos mais importante da história da construção do conceito, que outros agentes sociais passam a fazer parte da definição dos bens patrimoniais. Se antes da abertura política e implantação da democracia no Brasil era o Estado, através dos técnicos de seu instituto ou profissionais dos meios acadêmicos quem definia e selecionava o que deveria ser preservado, agora, a sociedade brasileira como um todo e ou grupos sociais distintos passam a participar do processo. De fato e de direito é na sociedade ou nos grupos sociais que os bens

²⁸ PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória* - Revista Eletrônica CEDAP, v. 2, n. 2, p. 1-24. , Assis – São Paulo 2006b.

culturais devem ser indicados como bens patrimoniais e apontados como dignos de serem preservados. À sociedade e aos grupos sociais cabe o papel de eleger como patrimônio cultural os bens culturais que lhes são caros e, ao poder público, cabe a função de reconhecer os bens patrimoniais que foram eleitos pelos primeiros como parte integrante da cultura nacional e cuidar para que sejam todos protegidos.

A Constituição Federal de 1988 acolheu as transformações sociais e políticas e apresentou no seu texto uma noção ampliada de patrimônio. O seu texto reconheceu os bens culturais imateriais ou intangíveis como bens patrimoniais, levou em consideração a diversidade cultural existente no país e permitiu uma abertura para novos debates e novas perspectivas na medida em que incluiu os “conjuntos urbanos” como patrimônio.

A constituição estabelece no artigo 216 que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Decreto Federal nº 3551/2000 reafirmou a amplitude do conceito de patrimônio cultural expresso na Constituição Federal de 1988 ao instituir o registro dos bens culturais de natureza imaterial.

A principal alteração detectada na ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro foi a inclusão de sujeitos sociais antes excluídos ou silenciados. Ao registrar nos livros de patrimônio imaterial o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, o Samba do Rio de Janeiro ou a Feira de Caruaru, como exemplos de uma série, o poder público dá um

primeiro passo para pagar uma dívida social com as culturas indígenas e as afro-descendentes.

No entanto devemos ressaltar que medidas como estas não são suficientes para garantir o reconhecimento e respeito da sociedade para com a diversidade cultural brasileira; muita coisa ainda precisa ser feita. A mudança na concepção de patrimônio cultural e seus desdobramentos são absorvidos muito lentamente pelo cidadão comum que é, ou pelo menos deveria ser, o principal beneficiário e interessado pelo zelo do patrimônio cultural. Infelizmente, a participação do cidadão comum nas discussões continua restrita e bem aquém do que deveria ser; essa falta de participação do cidadão também faz parte da história do conceito de patrimônio, que continua em processo construção.

A questão dos direitos culturais é bastante complexa nos países que se originaram das colônias européias e foram marcados pela escravidão, como é o caso do Brasil. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca:

Esses países herdaram uma noção de cultura duplamente restrita: não apenas em termos de classes sociais - na medida em que não se reconhecia, do mesmo modo que nas metrópoles, o caráter de cultura às produções e práticas dos extratos populares - como também em termos geográficos, pois mesmo após a independência, a “verdadeira” cultura era aquela importada das metrópoles européias.²⁹

Infelizmente, ainda existe no Brasil uma grande distância entre o que está expresso na Carta Magna como direitos ou deveres do cidadão e o conhecimento e ou reconhecimento por parte de grande parcela da população do país. A questão relativa aos direitos e deveres do cidadão frente ao patrimônio cultural não está isenta desta discrepância.

Acreditamos que a educação patrimonial possa contribuir substancialmente para a solução de parte do problema. O ideal seria que as relações de ensino-aprendizagem sobre o nosso patrimônio cultural fossem desenvolvidas a partir da transdisciplinaridade (método indicado por Edgar Morin e ressaltado nas considerações iniciais desta monografia), mas este método de ensino é também uma

²⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres de. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997, p.77.

realidade em processo de construção no país. Para o momento, a educação patrimonial pode e deve ser trabalhada a partir do enfoque de cada uma das disciplinas ministradas atualmente nas escolas, observando e ressaltando a interdisciplinaridade da matéria.

Que fique claro que não estamos falando de uma alfabetização em relação aos bens patrimoniais reconhecidos e registrados nos livros de tombos do IPHAN; estamos nos referindo a uma educação que estimule a apreensão do patrimônio cultural no âmbito do exercício da própria cidadania, de uma educação patrimonial pautada em valores éticos, na convivência com os bens culturais, na participação e ação efetiva de cada cidadão frente aos seus bens culturais e patrimoniais.

Por muito tempo, o patrimônio cultural brasileiro foi tratado, sobretudo, na sua dimensão do tempo e enfatizado na escala do nacional, o que derivou para uma imagem limitada e, para muitos, até artificial, de um patrimônio cultural brasileiro. Por isso mesmo a Educação Patrimonial deve explorar outras perspectivas e possibilidades que o tema encerra, sendo, uma delas, o entendimento do nosso patrimônio cultural na sua dimensão sócio-espacial. Acreditamos que a Educação patrimonial via Geografia possa contribuir para isso.

Defendemos uma relação de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio cultural que considere diferentes escalas para entendimento da matéria, desde o âmbito local até o planetário. Nesse sentido, o diálogo que começa a existir entre ensino da Geografia e educação patrimonial parece bastante promissor.

Trabalhada na escala local (das cidades ou bairros), a educação patrimonial pode contribuir para a percepção e compreensão da realidade sócio-espacial e para a produção de novos conhecimentos, para exercício da cidadania e apreensão do patrimônio cultural. Na escala local o sentimento de pertencimento é evidenciado, podendo contribuir para a promoção de valores éticos e superação da indiferença de muitos dos nossos jovens frente aos problemas urbanos, capacitando-os a se posicionar e intervir de forma responsável e inteligente na (re) construção de espaços urbanos melhores de se viver.

Defenderemos, no próximo capítulo, que a compreensão dos lugares da cidade, através de estudos teóricos e trabalhos de campo, pode promover o encontro do cidadão com o *lugar* (pertencimento) e com o seu *lugar* na cidade e no mundo (posicionamento). Estes encontros podem criar laços de pertencimento, de estima, de valorização e de reconhecimento para com os bens culturais urbanos que já foram eleitos como patrimônio cultural ou que ainda possam vir a ser. A relação de ensino-aprendizagem sobre a Geografia dos lugares, se pautada em valores éticos, pode também promover a compreensão de que os bens culturais que não são os seus, não são nem melhores nem piores, mas diferentes, e, deste entendimento, promover o respeito à diversidade e a convivência pacífica com os cidadãos da cidade e do mundo.

Visto na perspectiva da Geografia, o conceito de patrimônio cultural se amplia e assume uma dimensão sócio-espacial com atenção às diferentes temporalidades históricas. O patrimônio cultural passa a ser pensado e analisado como um patrimônio de uso e fruição, que ocupa espaços (ruas, casas, igrejas, praças, mercados, museus, teatros, bairros...) e produz os *sentidos de lugares* das cidades. Os bens culturais das cidades não estão livres dos conflitos e apropriações que o meio urbano encerra, pois eles são provedores de lazer, turismo e são geradores de emprego e renda.

O patrimônio cultural de Ouro Preto deve ser entendido para além da sua concepção de patrimônio histórico e artístico excepcionais, ou muito mais que o “centro histórico” do século XVIII, tombado e preservado pelo IPHAN. Fazem parte do patrimônio cultural desta cidade todos os lugares em relação aos quais os cidadãos manifestam afetividade ou sentimento de pertencimento, os lugares de prazer e fruição dos turistas e os outros lugares, que embora degradados e nem tão felizes para a fruição e vivência, são, igualmente, lugares de patrimônio, que foram produzidos e reproduzidos pela cultura urbana dos séculos XIX, XX e XXI, e que continuarão sendo produzidos por gerações futuras.

Capítulo 2

Um novo olhar sobre Ouro Preto

É sobre a cidade de Ouro Preto, eleita Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1980, que ora apresentamos algumas reflexões e análises, na intenção de contribuir para novas leituras sobre o patrimônio cultural urbano e, por extensão, para a melhoria das práticas de educação patrimonial, via Geografia. Por acreditar que o espaço urbano da cidade de Ouro Preto tem muito mais aspectos a serem explorados pela educação patrimonial do que aqueles que até então vem sendo explorados, resolvemos aprofundar nossos estudos em busca dessas potencialidades. Nossa intenção é explorar o espaço geográfico dessa cidade, sob um novo olhar, na perspectiva conjugada do ensino da Geografia e da educação patrimonial, procurando encontrar outros caminhos e possibilidades que possam auxiliar as práticas de educação patrimonial urbana.

As reflexões e análises sobre os lugares de patrimônio de Ouro Preto que apresentaremos a seguir, e esperamos se traduzam em novos caminhos e possibilidades para novas práticas de educação patrimonial, são fruto de estudos teóricos e de vivências (e convivências) nos lugares daquela cidade e, sobretudo, de trabalhos de campo, ali realizados.

Entre idas e vindas de Belo Horizonte para Ouro Preto, sempre com um olhar voltado para a educação, lá se vão mais de vinte anos de práticas de ensino em Geografia e dentre estes, pelo menos dez, dedicados à exploração do potencial didático dos lugares de patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto. Nos últimos dez anos, pelo menos três trabalhos de campo relacionados a projetos de educação patrimonial foram desenvolvidos, a cada ano, pela autora, na cidade de Ouro Preto, envolvendo seus alunos de nível fundamental e médio. Somam-se a esta experiência profissional as contribuições das aulas do Curso de Especialização “Cultura e Arte

Barroca” (e do qual esta monografia é parte integrante), ministradas em igrejas, museus, praças, largos, mirantes e ruas da cidade de Ouro Preto, e que muito contribuíram para observações, reflexões e análises mais aprofundadas sobre a questão do patrimônio ambiental urbano no Brasil.

O que pareceu central e motivador para nossos estudos foi a ausência de bibliografia de apoio que pudesse auxiliar aqueles professores de Geografia que têm intenção de desenvolver uma educação patrimonial urbana numa linha mais transformadora e dentro do conceito ampliado de patrimônio cultural.

A falta de uma bibliografia especializada tem gerado práticas de educação patrimonial urbana bastante limitadas na disciplina Geografia, e seus resultados insatisfatórios têm levado muitos educadores a abandonar os projetos pedagógicos nessa área. Sem muita pretensão, nosso estudo tem a intenção de contribuir para a intensificação desse diálogo entre ensino da Geografia e educação patrimonial, o que nos parece muito necessário.

Queremos apresentar algumas reflexões e análises sobre os lugares da “cidade patrimônio” que sirvam de apoio para novas leituras e interpretações do patrimônio urbano presente nesta cidade e em outras cidades do Brasil. Esperamos que nosso estudo seja um dos primeiros de muitos outros estudos que tenham a mesma intenção de contribuir para a abertura do leque de possibilidades da educação patrimonial via Geografia. Nossos esforços se concentraram em buscar, na cidade de Ouro Preto, outras formas possíveis de ver e explorar didaticamente os lugares de patrimônio cultural, em perspectiva de tempo e espaço diferentes daquelas exploradas até então, tentando ir além do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional no qual se baseiam a maior parte das práticas em educação patrimonial.

Infelizmente, muitas práticas de educação patrimonial urbana ainda se limitam a apontar e descrever os monumentos históricos e artísticos, repetindo os discursos de sacralização dos bens patrimoniais, e se baseiam na cartilha da “alfabetização” de um patrimônio que muitas vezes representa apenas os gostos e referências de uma cultura de elite. Muitas vezes, sem uma leitura crítica dos lugares de patrimônio já consagrados, vemos apenas a reprodução de um conhecimento elitizado que não contribui em nada para produção de novas percepções, novos

conhecimentos e promoção de atitudes e comportamentos mais éticos e democráticos por parte dos estudantes frente aos lugares de patrimônio das cidades.

A educação patrimonial tem sido utilizada, ainda nos dias de hoje, em um sentido muito restrito e, com muita frequência, escolas e outras instituições tomam-na como sinônimo de preservação dos bens e lugares que foram “tombados” ou reconhecidos como patrimônio histórico e ou artístico nacional por órgãos de governo ou por profissionais dos meios acadêmicos. Muitos professores de Geografia não se deram conta de que o conceito de patrimônio ampliou e, com isso, surgiram novas perspectivas para explorar, didaticamente, a questão patrimonial urbana.

Sob a perspectiva do conceito ampliado de *Patrimônio Cultural*, que ultrapassa os limites do conceito de *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a seleção, reconhecimento e preservação dos lugares de patrimônio das cidades deixam de ser entendidas como práticas que devam ser conduzidas por uma “elite cultural”, passando a ser percebidas como resultado de interesses e de mobilizações de grupos sociais ou então de toda a sociedade brasileira, quando este for o caso. Sob a perspectiva ampliada de patrimônio cultural, as novas leituras e interpretações do patrimônio urbano passam a exigir da educação patrimonial a expansão do seu objeto de estudo e a inclusão de todos os agentes envolvidos no processo. A educação patrimonial urbana deve buscar novas possibilidades de atuação, mas, sempre pautadas no princípio da democracia, dos valores éticos e, sobretudo, no reconhecimento e respeito à diversidade cultural existente nas nossas cidades, no nosso país.

2.1 A importância da metodologia do trabalho de campo

A Constituição Federal de 1988 e o Decreto Federal nº 3551/2000, na medida em que incluíram os conjuntos urbanos e os bens patrimoniais intangíveis no rol dos bens patrimoniais a serem cuidados e preservados, contribuíram para ampliar o conceito de patrimônio cultural. Os lugares de patrimônio cultural das cidades passaram a demandar novas leituras e interpretações, inclusive de ordem sócio-

espacial, abrindo o leque de possibilidades para a educação patrimonial, via Geografia.

Os estudos da Geografia sobre os lugares de patrimônio das cidades podem contribuir significativamente para uma ampliação do campo de atuação da educação patrimonial. Novas leituras e interpretações de ordem sócio-espacial, se pautados em análises críticas e respeito à diversidade cultural, podem favorecer os projetos de educação patrimonial urbana, na medida em que a cidade, enquanto patrimônio, deixa de ser tratada como expressão estética ou como materialização de um passado idealizado e passa a ser encarada como expressão cultural e como espaço em contínuo processo de construção.

O trabalho de campo (observação, aprendizagem *in loco*, contato direto, vivências...), metodologia já bastante utilizada pela Geografia, se apresenta como elo de ligação entre esta disciplina e a educação patrimonial urbana, favorecendo a produção de novos conhecimentos com possibilidades de resultados mais satisfatórios nas relações de ensino-aprendizagem. O estudo de campo nos lugares da cidade (preservados e degradados) pode despertar o senso crítico, o interesse pela investigação e autonomia diante da produção do conhecimento, permitindo pesquisar aspectos dos lugares de patrimônio cultural urbano até então pouco explorados.

Quando bem organizado e estruturado, dentro de projetos consistentes de educação patrimonial urbana, associados a estudos teóricos, discussões e análises, o trabalho de campo pode promover percepções, observações, questionamentos e descobertas significativas sobre o patrimônio cultural das cidades. Mesmo sendo pequeno o tempo de vivência com os lugares de patrimônio da cidade, via trabalhos de campo, o contato direto através desta metodologia é importante, pois favorece a apropriação estética e cognitiva, desperta sentimentos, favorece o encontro do estudante com o lugar (pertencimento) e com o seu lugar na cidade, no país e no mundo (posicionamento como cidadão).

Retomando o pensamento de Yu-Fu-Tuan, o “sentido do lugar” remete-se a apreciação visual ou estética (pela audição, olfato, paladar e tato), exigindo um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. No entanto, se o trabalho de campo com grupos de alunos não apresenta, normalmente, a possibilidade de

longa permanência no local (ele dura, geralmente, de um a três dias), a associação com os lugares pode se prolongar por tempo indefinido se for mantida pelos professores a continuidade dos estudos e discussões sobre estes lugares após o retorno à sala de aula.

Devemos ressaltar que o trabalho de campo nos lugares de patrimônio cultural das cidades não pode ser tratado como um fim em si mesmo, mas como um meio para o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial mais amplo. É essencial a qualquer processo de educação patrimonial urbana levar para a sala de aula as discussões sobre as informações coletadas em campo (fotografias, filmes, desenhos...). É necessário que o professor crie situações favoráveis aos debates sobre as percepções ou o “sentido do lugar” que cada estudante traz consigo, antes e depois do estudo de campo, de modo a garantir as reflexões necessárias ao desenvolvimento do processo educativo. Para a prática de uma educação patrimonial que pretende formar cidadãos críticos e capazes de atuar positivamente, e com autonomia, na (re) construção dos lugares da cidade, a metodologia do trabalho de campo, associada ao debate e discussão em sala de aula, se apresenta como uma alternativa bastante oportuna e eficaz (Figura 1).

O processo de educação patrimonial urbana deve estabelecer relações de ensino-aprendizagem que favoreçam o conhecimento e o reconhecimento de bens culturais diversos, que permitam questionamentos e debates sobre os processos de seleção/preservação dos bens patrimoniais urbanos, sobre os conflitos existentes sobre os usos e ocupações dos territórios urbanos, que promovam a reflexão sobre as diferenças entre o patrimônio público e privado e tudo mais que leve ao desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes positivas para o exercício da cidadania e em prol de espaços urbanos melhores de se viver.

Quando realizado em lugares diferentes daqueles do cotidiano do estudante, o trabalho de campo pode estimular uma maior percepção do espaço de forma relacional, assim como uma maior socialização (entre as pessoas do grupo e destas com as pessoas da localidade) e a produção de novos conhecimentos, ampliando assim o horizonte cultural dos envolvidos. Tais experiências têm, em geral, resultados bastante positivos, pois, logo depois que elas são realizadas, já se observa

mudanças no comportamento dos estudantes; percebem-se manifestações de um sentimento de pertença e de elos de afetividade em relação à escola, à rua, ao bairro ou à cidade onde moram. Observa-se, também, a melhora no convívio diário entre os estudantes e destes com os professores; muitas idéias pré-concebidas são desfeitas estimulando a tolerância e o respeito à diversidade cultural. Vê-se que os estudos do patrimônio urbano, quando realizados na perspectiva sócio-espacial, estimulam atitudes e comportamentos sócio-espaciais mais positivos.



Figura 1- Estudantes da E.M. Monsenhor Artur de Oliveira em trabalho de campo na cidade de Ouro Preto, outubro, 2010: o patrimônio cultural urbano visto na perspectiva sócio-espacial e em escala local. (Fotos da autora)

A convivência com lugares bem preservados e bem aproveitados ou reutilizados para outros fins culturais, como é o caso de grande parte do chamado “centro histórico” de Ouro Preto, estimula nos estudantes o exercício de um olhar mais crítico sobre os lugares da cidade onde moram, fazendo aumentar o nível de exigência em relação à qualidade de vida nesses espaços.

Sobre a relação de convivência das pessoas com os inúmeros lugares degradados nas cidades brasileiras, Yázigí alerta para o fato de que:

quem nasce nos escombros fica de tal modo familiarizado com a morte das coisas materiais que nem se dá conta ou pouco se incomoda que algo definha. Seu padrão de exigência é naturalmente baixo. É preciso que se alimente de muitas reflexões internas, de muitas referências externas para que se dê conta.³⁰

³⁰ YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.135.

O espaço geográfico da cidade de Ouro Preto, com alguns de seus lugares muito bem preservados, cuidados e reutilizados, pode servir como excelente “referência externa” para muitos estudantes que vivem em centros urbanos em acelerado processo de transformação, geralmente de caráter predatório, e com reduzida qualidade de vida. O trabalho de campo nesta cidade, quando bem estruturado dentro de um projeto de educação patrimonial mais amplo, pode conduzir às “reflexões internas” a que Yázigi se refere, tão necessárias para a promoção de outras formas de ver e agir sobre a cidade.

Os resultados, nem sempre satisfatórios, das aulas de educação patrimonial, via Geografia, se devem, talvez, à falta de uma distinção clara entre o que venha a ser um trabalho de campo orientado e uma excursão turística ou turismo pedagógico (como é hoje mais comumente chamado pelas empresas de turismo especializadas).

Muitas vezes, os lugares de patrimônio cultural preservados de uma cidade, como é o caso de Ouro Preto, são tratados como lugares de turismo, de espetáculo, deixando de ser explorados como espaços urbanos de qualidade, de referências que merecem ser compreendidas em diferentes temporalidades e dentro de um contexto sócio-espacial mais amplo. Quando a atividade escolar tem caráter de excursão turística, esses lugares de patrimônio cultural, muitas vezes, são apresentados ao estudante como materialização de um passado distante e idealizado, sob um discurso nacionalista, romantizado e totalmente dissociado da realidade.

Por isso, ao invés de excursões cronometradas, com objetivo de “aproveitar o máximo do tempo”, passando pelo maior número de igrejas e museus possíveis, cabe ao professor que quer explorar o potencial didático dos lugares de patrimônio de Ouro Preto, ou de qualquer outra cidade do Brasil, criar novas relações de ensino aprendizagem, onde as atividades escolares, na forma de excursões turísticas, sejam substituídas pelas metodologias de trabalhos de campo orientados e integrados a um amplo projeto de educação patrimonial urbana.

Contudo, não queremos com isso descartar o lado lúdico, prazeroso da educação e menos ainda da educação patrimonial que lida diretamente com bens culturais, que são, por excelência, um pouco disso tudo. Conforme destacamos em nossas considerações iniciais, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas,

vinculadas a percepções emotivas, a sentimento topofílico ou experiências felizes. Ao propor o encontro do ensino da Geografia com a Educação Patrimonial consideramos de extrema importância a observação/percepção de aspectos positivos de lugares preservados que, por serem lugares de qualidade, de cultura, de referência para uma vida melhor na cidade, em geral, implicam em experiências educativas prazerosas.

Mas, o processo educativo não pode parar por aí. Ouro Preto, por exemplo, não está livre de lugares degradados, mal cuidados, assim como a grande maioria das cidades brasileiras, e, por isso mesmo, os projetos de educação patrimonial urbana da atualidade devem aproveitar os trabalhos de campo para destacar a complexidade urbana e abrir a discussão sobre os fatores de ordem política, cultural, social, ambiental e ou econômica, que estão relacionados à produção de espaços geográficos tão diversos.

Para empreender uma educação patrimonial transformadora, em favor de relações sociais mais justas e espaços urbanos melhores de se viver é preciso que o professor de Geografia comece por redimensionar os parâmetros que vieram definindo patrimônio urbano e que até hoje sustentam muitas práticas de ensino. O que queremos dizer é que é possível ir além daquelas práticas de educação patrimonial que insistem em “conscientizar o aluno” sobre a preservação de um patrimônio urbano, usando como recurso didático as cartilhas de alfabetização, com discursos prontos e acabados, e geralmente de caráter nacionalista. Tais práticas de ensino só contribuem para a sacralização do patrimônio, ocultando toda a realidade sócio-espacial da qual este patrimônio cultural urbano é parte integrante.

Para uma educação patrimonial urbana transformadora, o professor de Geografia não deve se eximir do seu papel de informar, mas deve ter como meta principal formar cidadãos críticos, capazes de atuar positivamente na (re) construção, utilização e ou preservação dos lugares de patrimônio cultural das cidades.

De acordo com Ana Fani Alessandri Carlos,

o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais, que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade.³¹

Dessa maneira, os lugares de patrimônio das cidades devem ser encarados como espaços geográficos, produzidos pelo homem, sujeitos a transformações ou preservação, dependendo única e exclusivamente dos interesses. Muitas vezes, o processo de educação patrimonial urbana focaliza-se apenas nos lugares de patrimônio cultural preservados, que já são alvo de políticas e iniciativas de conservação e, nesta perspectiva limitada, deixam passar despercebidos acelerados processos de destruição que estão acontecendo em outros lugares de patrimônio da cidade. Por isso, afirmamos que mais importante do que informar é formar o cidadão capaz de pensar a cidade como a somatória de diversos lugares de patrimônios culturais.

O processo de educação patrimonial urbana, ao oferecer as oportunidades de reflexão e análise sobre a construção, transformação, utilização e preservação dos lugares da cidade, pode despertar sentimentos e atitudes de respeito em relação aos diversos lugares de patrimônio cultural existentes nas cidades e, por extensão, aos diversos grupos culturais que habitam a cidade. Cabe à educação a função de criar situações favoráveis que conduzam à produção de um conhecimento e à formação de cidadãos mais críticos e atuantes sobre o espaço urbano onde vivem.

Quanto ao *sentido do lugar*, sentimento que consideramos imprescindível para que o habitante tome o espaço urbano (rua, bairro...) como um *bem cultural*, a ponto de mobilizar esforços em favor de cuidados e proteção, isso, é algo que a educação não pode, e nem deve, tentar impor. Este sentimento de pertença, de identidade com o lugar, a ponto de considerá-lo como um *bem cultural*, um patrimônio cultural, é algo que se constrói no dia-dia, na vivência de cada um, no exercício da cidadania, tecido nas relações sociais.

³¹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do não lugar. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.28.

Por isso dissemos que a conscientização sobre a preservação dos lugares é algo que não se impõe, pois é processo que se realiza a partir de vivências sócio-espaciais e acontece em nível individual: a pessoa não é conscientizada, ela é que toma a consciência. Estamos de acordo com Ulpiano Bezerra sobre o fato de que “a vida social (como forma de qualificação e, portanto, matriz da consciência) só tem condição de aprofundar-se no quadro da habitualidade”.³²

Trata-se de um novo posicionamento, de uma perspectiva mais democrática de abordar a questão patrimonial, na medida em que nem todos os lugares já consagrados como patrimônio devam ser considerados por todos, de antemão, ou obrigatoriamente, como um *bem patrimonial*. O conceito de patrimônio cultural, cada vez mais, passa a se ocupar daquilo que é imaterial, devendo o educador não desconsiderar, para o processo educativo, os significados simbólicos e afetivos que cada estudante, ou grupo de estudantes, traz consigo e os sentimentos que atribui aos lugares da cidade.

O que pode ser considerado lugar de patrimônio cultural para alguns grupos pode não ser para outros e, neste aspecto, é essencial que a educação patrimonial urbana respeite a diversidade cultural existente e promova as oportunidades de reflexão e análise sobre esta questão. Se estamos falando de “sentido de lugar”, de valores, de patrimônio cultural, as práticas educativas devem se ater ao perigo de condutas de doutrinação que, certamente, não se traduzirão em atitudes cidadãs.

O espaço geográfico da cidade de Ouro Preto apresenta um grande potencial didático a ser explorado por aqueles professores de Geografia que buscam empreender uma educação patrimonial urbana transformadora, pautada no conceito ampliado de patrimônio cultural. É possível extrair dos lugares desta cidade inúmeras possibilidades para a educação, desde que o olhar sobre ela extrapole as abordagens recorrentes da indústria do turismo, tais como os feitos heróicos de Tiradentes, o “autoditismo” de Aleijadinho e a busca da originalidade do barroco mineiro. A Inconfidência Mineira, a arte e cultura Barroca são aspectos importantes

³² MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.88-99.

que contribuem para a definição do lugar, porém, e por isso mesmo, devem ser tratados pela educação de maneira crítica, permitindo outras leituras e interpretações.

Outras leituras, interpretações e análises do patrimônio cultural urbano daquela cidade são possíveis e ainda estão por serem feitas pelos professores e seus alunos, podendo conduzir a novas formas de olhar a “cidade patrimônio”, bem como de olhar o patrimônio cultural de outras cidades do Brasil.

2.2 A “cidade patrimônio”

Feitas as primeiras reflexões sobre a importância do trabalho de campo para o processo de educação patrimonial urbana via Geografia, partimos para outras reflexões, tomando sempre a cidade de Ouro Preto como referência, a cidade decretada Monumento Nacional ainda em 1933, pelo então presidente Getúlio Vargas, e declarada Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980 pela UNESCO. Queremos mostrar que, sob o olhar da Geografia, outras leituras e interpretações dos lugares de patrimônio desta e de outras cidades do Brasil, são possíveis e convenientes.

O exercício de um novo olhar sobre esta cidade se faz necessário no sentido de desprender-se das posturas celebrativas, romantizadas ou limitadas que ainda persistem na educação patrimonial urbana, no tratamento que é dado a esta cidade especificamente e que é estendido a tantas outras. É preciso que a Educação patrimonial via Geografia assuma novas posturas, passando a considerar como patrimônio cultural de uma cidade não apenas os lugares consagrados, tombados pelos órgãos de governo como patrimônio nacional, mas todos os lugares que a compõe e que tem sentido de ser, principalmente para as populações locais. É preciso enxergar a cidade como espaço geográfico, como patrimônio socialmente construído, deixado como herança por gerações passadas, mas em contínuo processo de construção.

Registros de paisagens de Ouro Preto datados das primeiras décadas do século XX, a exemplo das ilustrações de Luis Jardim, presentes nas primeiras

edições do *Guia de Ouro Preto* de Manoel Bandeira³³ ou nas fotografias da cidade feitas por Luis Fontana³⁴, se comparados às paisagens atuais, nos dão conta do quanto a cidade cresceu e se transformou.

A cidadezinha visitada pelos modernistas no início do século XX, cantada em verso como a “avozinha” do Brasil pelo poeta Manoel Bandeira mudou substancialmente de feição. Mesmo com as grandes investidas de preservação ao longo do século muita coisa mudou no espaço urbano de Ouro Preto. A cidade cresceu, industrializou-se e o número de habitantes aumentou substancialmente, apresentando hoje uma realidade sócio-espacial bem diversa daquela do início do século XX. Certamente, a visão da cidade de Ouro Preto, idealizada nos anos 30 como monumento artístico pronto e acabado, e expressão do “barroco” e da cultural nacional, portanto um patrimônio que deveria ser preservado como tal, revelou-se inadequada com o passar dos tempos.

A Ouro Preto que se apresenta na atualidade não é a “cidade barroca” do século XVIII e tampouco a cidadezinha que os modernistas conheceram nos anos 1920. Ela é hoje o resultado do trabalho de intervenção, transformação e construção realizado por várias gerações, inclusive daquelas que atuaram na sua preservação ao longo do século XX e das que continuam atuando, na atualidade, na produção do seu espaço geográfico.

Neste sentido a educação patrimonial urbana, via Geografia não pode desconsiderar o trabalho realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na construção da Ouro Preto que temos hoje. Para uma educação patrimonial urbana transformadora é necessário situar, com objetividade, a participação desta instituição na produção do espaço geográfico da cidade.

É preciso avaliar de maneira crítica o importante papel desempenhado por este órgão do governo federal na construção do espaço geográfico da “cidade patrimônio”. É preciso considerar tanto as ações positivas de preservação sobre o patrimônio cultural urbano, principalmente sobre aqueles que datam do período colonial e representam a arte e a cultura barroca, quanto as investidas da mesma

³³ BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1947.

³⁴ MARTINS, Alexandre de Souza & DAMASCENO, Sueli (org.) *Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana*. 2d. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996.

instituição na eliminação de vestígios da arquitetura eclética dos séculos XIX e XX, considerada pelos seus técnicos de “aspecto bastardo” e passível de “ações corretivas”.

O trabalho da urbanista Lia Motta, intitulado *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*, nos dá conta do tamanho da participação da instituição na produção do espaço urbano da Ouro Preto que temos hoje, e constitui-se em texto de referência para os professores de Geografia que queiram incluir o estudo desta cidade nas suas práticas de educação patrimonial urbana. A autora analisa, entre outras questões, as investidas da instituição para criar uma cidade com tipologia do século XVIII através de imitação das normas fachadistas desse período, e da varredura de vestígios arquitetônicos dos séculos XIX e XX.

É interessante mencionar alguns exemplos de “ações corretivas” da instituição sobre a arquitetura de Ouro Preto, considerada por ela de aspecto bastardo, pois é importante desmistificar a idéia, bastante introjetada na sociedade, de um espaço urbano formado exclusivamente no período colonial. Uma ação que simboliza bem as intervenções do SPHAN sobre o espaço da cidade para a produção de uma cidade tipicamente colonial foi a reforma da fachada do prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios, situado nas proximidades da Casa dos Contos, que daria lugar ao Cine Vila Rica. A antiga fachada de feição neoclássica foi substituída por uma fachada de “moda colonial”, segundo Lia Motta.

Muitas das feições da cidade que parecem ser do século XVIII e que, muitas vezes são apresentadas como se tivessem sido construídas nos tempos do Brasil Colônia, podem não o ser; pode tratar-se de interferências do órgão de patrimônio na busca da construção de uma cidade com tipologia do século XVIII, de um período específico da história nacional.

Outro exemplo de “ação corretiva” sobre o espaço da cidade e que consideramos também oportuno para nossas reflexões foi a demolição de um mercado, também de feição neoclássica, que ocupava o espaço em frente à Igreja de São Francisco de Assis, do final do século XIX até os anos 40 do século seguinte. Interessante é que este mercado seria, possivelmente, o resultado de uma outra “ação corretiva” feita anteriormente no local, não pelo Sphan, mas por aqueles que queriam

uma Ouro Preto “moderna”. Com a instalação do regime republicano e a febre por uma “modernização” nas cidades brasileiras, retirou-se daquele lugar da cidade um antigo mercado rústico, de tropeiros (figura 2), e se construiu no local um outro mercado, de traços neoclássicos, que possivelmente, naqueles tempos era sinônimo de progresso.



Figura 2- Antigo mercado de Tropeiros – 1880.
(Foto: Marc Ferrez)

Sob outros “conceitos e critérios”, a instituição do patrimônio nacional tratou de retirar da cidade aquelas marcas do século XIX que, possivelmente, fugiam ao modelo da cidade patrimônio que se buscava. A respeito dos motivos que levariam a essa demolição, Castriota³⁵ chama a atenção para o fato de o mercado estar localizado em local que impedia a visibilidade total de um monumento barroco. Não de um monumento barroco qualquer, mas daquele que representava a obra de Aleijadinho ou artista máximo da cultura nacional: a Capela de São Francisco de Assis.

O órgão do patrimônio cuidou para que o espaço urbano de Ouro Preto refletisse a forma original da cidade barroca que, sob o nacionalismo exacerbado da época, materializava um passado exemplar e, no qual, estariam assentadas as origens da cultura nacional, da identidade brasileira. Buscavam-se as fontes de nossa história e Ouro Preto, vista como cidade idealizada, passaria a ser a sua representação material.

³⁵ CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C / Arte, 2003.

Interessante para nossas reflexões sobre o contínuo processo de produção do espaço geográfico da cidade, e sobre os interesses e ações que envolvem tais transformações, é que aquele lugar, situado de frente da obra prima de Aleijadinho, apresenta atualmente outra realidade sócio-espacial, com a possibilidade, em futuro próximo, de nova transformação. Hoje essa área é ocupada pela feira dos artesãos do município, mas, segundo moradores locais, já se cogita a possibilidade do lugar ser transformado em estacionamento de automóveis, caso a atividade comercial venha a ser deslocada para o antigo prédio do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que se encontra desativado.

Nesses momentos, em que apenas se cogita a possibilidade de mudanças do espaço da cidade é que o debate franco sobre a questão deve ser aberto entre a população local, a Prefeitura da cidade e os órgãos de defesa do patrimônio cultural. Não vemos resposta mais satisfatória e democrática sobre possíveis mudanças no espaço público urbano, senão aquela que apresente as intenções e a participação direta da população local, sobretudo se esta população tem em conta a necessidade de construção de um espaço urbano de qualidade para todos. Nesse sentido reafirmamos a necessidade urgente de uma educação patrimonial urbana transformadora para o Brasil, capaz de formar cidadãos mais críticos e atuantes na construção de espaços urbanos melhores de se viver.

Por longo período, a cidade de Ouro Preto foi tratada como obra de arte e expressão estética, como monumento nacional; despiram esta cidade de sua componente social, “deixando as populações locais que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência”³⁶. Mas, conforme ressaltamos no primeiro capítulo desta monografia, esse olhar e atuação da instituição de patrimônio sobre a cidade inserem-se dentro de uma determinada historicidade, onde a concepção de patrimônio ainda se encontrava muito restrita aos limites da produção artística e histórica, diferentemente do conceito ampliado de patrimônio cultural que temos hoje.

³⁶ MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: *Revista do SPHAN*. nº 22. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, 1987.

O certo é que, ao impor seus “conceitos e critérios” para a afirmação da cidade de Ouro Preto como monumento nacional, a instituição do patrimônio contribuiu sobremaneira para a produção de outras paisagens urbanas e para a construção da cidade que temos hoje. Assim, o papel desempenhado pelo SPHAN (depois IPHAN) na construção do espaço geográfico de Ouro Preto e de tantas outras cidades brasileiras é algo que a educação patrimonial urbana via Geografia deve começar a discutir, de maneira crítica, objetiva e ponderada. A função e a atuação de outras instituições que agem sobre o patrimônio cultural urbano em nível estadual e municipal, bem como a necessidade de participação dos habitantes locais no processo de preservação/construção do espaço urbano são temáticas importantes que também devem ser incluídas.

2.3 A cidade vista como patrimônio de todos

Ainda em 1937, na primeira edição do *Guia de Ouro Preto*, o poeta e escritor Manuel Bandeira afirmava que “as duas grandes sombras de Ouro Preto, aquelas em que pensamos, invencivelmente, a cada volta de rua, são Tiradentes e o Aleijadinho”³⁷

Esta forma de Bandeira ver e retratar a cidade de Ouro Preto talvez estivesse realmente de acordo com o pensamento e a realidade sócio-política do Brasil dos 1930, quando as investidas, inclusive do SPHAN, eram orientadas pela procura de raízes da nacionalidade brasileira. Os olhares sobre Ouro Preto se voltavam para encontrar os vestígios da uma história, de uma cultura e arte “genuinamente nacionais”. Aquele era um tempo de busca pelos “heróis” nacionais.

Foi com esse olhar que os modernistas “descobriram” Ouro Preto, trataram-na como expressão estética, formataram a visão idealizada de uma cidade pronta e acabada, atuaram sobre seu espaço geográfico e formularam as bases para o conceito da “cidade patrimônio”.

³⁷ BANDEIRA, *Op.cit.*, p.47

Para os tempos de hoje, preferimos um olhar mais crítico sobre a cidade de Ouro Preto, que perceba o patrimônio cultural desta cidade para além do enfoque das representações da cultura nacional ou do título de patrimônio mundial que recebeu da UNESCO. Toda cidade deve ser vista como um patrimônio cultural, mas, primeiramente, para aqueles que ali residem.

Existem outros aspectos do patrimônio cultural de Ouro Preto que ficam ofuscados sob a luz de sua fama, da indústria do turismo, dos interesses eleitoreiros ou da mídia. Estamos falando da cidade como um bem cultural para os habitantes que ali residem, da cidade como um conjunto de lugares de existência corrente e não como monumento nacional ou mundial.

Embasados na corrente humanista da Geografia consideramos que todos os lugares da cidade que assumem um significado (afetividade / identidade / pertencimento) ou um sentido de ser para as comunidades que ali residem ou para os que deles usufruem, devem ser considerados bens culturais, merecedores de atenção e cuidado.

Lugares degradados ou preservados são espaços geográficos produzidos pelos homens e por uma cultura (ou culturas) que não é externa aos sujeitos de construção desses mesmos espaços. Cada um dos lugares que compõe uma cidade é resultado da atuação de gerações passadas que ali viveram e das gerações que continuam atuando no presente. A cidade, como resultado da somatória de todos os seus lugares, torna-se representativa da cultura, ou das culturas que a produziram.

A cidade presta testemunho de si mesma, devendo ser encarada como resultado de um todo socialmente construído e pensada a partir de sua conservação integral. Nessa linha de pensamento, tanto os lugares preservados quanto os degradados devem ser alvo de atenção quando o assunto for patrimônio cultural urbano. Os lugares preservados, quando apresentarem condições sócio-espaciais favoráveis para os habitantes locais, devem ser explorados ao máximo a fim de indicar possíveis caminhos e possibilidades de ações positivas sobre os lugares degradados. Tanto os lugares preservados quanto os degradados merecem a atenção dos educadores patrimoniais em suas atividades escolares.

2.3.1 Os lugares preservados

A cultura religiosa do Brasil colônia ficou materializada e se manifesta em vários lugares preservados da cidade. Em todo o território da antiga Vila Rica se vêem estampados símbolos dessa religiosidade, seja em seus diversos templos, nas ruas, praças, pontes, chafarizes ou até mesmo nas esquinas. As manifestações desta herança cultural não se restringem ao patrimônio tangível, mas se estendem para os hábitos, costumes e tradições da população local.

Conforme Adalgisa Campos, em *Roteiro Sagrado: Monumentos Religiosos de Ouro Preto*, já no primeiro quartel do setecentos Vila Rica dividia-se em duas paróquias: a de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. A Paróquia do Pilar, com sede na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, era responsável pela vida sacramental e o culto de nove capelas: dos Santíssimos corações e São Miguel e Almas, da Ordem Terceira do Carmo, do Rosário dos Pretos, de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados, de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (ou Mercês de Cima), de São Francisco de Paula, do Bonfim, de São Sebastião e dos Passos da Paixão de Cristo e Semana Santa. A Paróquia de Antônio Dias, com sede na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, coordenava outras nove capelas que existiam na cidade: do Padre Faria, do Rosário do Alto da Cruz ou Santa Efigênia, do Bom Jesus das Flores do Taquaral, da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (ou Mercês de Baixo), de Nossa Senhora das Dores, de São João Batista, de Santana e de Nossa Senhora da Piedade.

A formação das duas paróquias remonta ao início do povoamento da região, quando portugueses e paulistas disputavam o controle político dos territórios de Ouro Preto do Pilar e Antônio Dias, respectivamente, e mantinham grande rivalidade. A disputa entre os dois núcleos populacionais se refletiu na construção de duas igrejas matrizes que, mesmo depois da junção dos povoados, por ocasião da formação de Vila Rica de Albuquerque, continuaram pertencendo a duas paróquias distintas.

Um olhar observador e atento sobre o espaço urbano de Ouro Preto seja do ponto alto do mirante do Morro de São Sebastião, do mirante do Campus da UFOP

ou das escadarias da Capela de São Francisco de Paula (próximo à rodoviária) permite avistar a grande maioria dos vinte templos religiosos mencionados por Adalgisa Campos. Vê-se que eles se dispõem na paisagem urbana relativamente próximos uns dos outros, mas geograficamente agrupados de acordo com a localização da paróquia de origem. O Morro de Santa Quitéria (Praça Tiradentes) funciona, de certa forma, como um divisor entre o grupo dos templos que estavam ligados originalmente à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e o grupo de templos ligados à Paróquia do Pilar.

O observador que se posiciona de frente a qualquer um dos monumentos religiosos tem, primeiramente, a sensação de amplitude, de espaço aberto que se oferece a partir das características da topografia na qual o templo se assenta. Trata-se de um patamar, situado em altitude mais elevada em relação ao relevo contíguo, delimitado por um declive acentuado em pelo menos uma de suas bordas. Daí percebe-se o engenho que esteve por trás da escolha do sítio para a locação de cada um dos templos religiosos da cidade. Dessa engenhosidade infere-se uma intencionalidade de visualização máxima do templo na paisagem. Tais intenções poderiam estar ligadas às disputas entre as irmandades religiosas ou ordens terceiras, que eram provedoras destas construções e se preocupavam em definir no espaço urbano e na vida social, o seu território e poderio.

A garantia de uma visão panorâmica, tendo o cinturão verde, as montanhas e o céu como limite, talvez significasse, também, mais um dos artifícios da Contra-Reforma para afirmar o esplendor divino, tal como os artifícios utilizados no interior dos templos. De acordo com João Adolfo Hansen, o monumento barroco é um teatro de princípios teológico-políticos, espacializados, às vezes, como um teatro sacro. Ele é uma alegoria que espacializa visualmente a presença do Estado católico monárquico, utilizando técnicas retóricas que produzem efeitos sensibilizadores dos sentidos.³⁸ Se a arte Barroca foi capaz de conquistar a alma e a imaginação de muitos fiéis através de sua exuberância, a implantação dos templos em locais privilegiados foi capaz de produzir visões cenográficas que extasiaram e maravilharam muitos e continuam, ainda hoje, a fazer o mesmo.

³⁸ HANSEN, João Adolfo. Teatro da memória: monumento barroco e retórica. *Revista do IFAC*. Ouro Preto, n.2, pp.40-54, dez. 1995.

Não fosse a ação de tombamento das igrejas e principalmente a proteção das áreas do entorno por parte dos órgãos de patrimônio, talvez prédios mais altos tivessem sido construídos nestes locais da cidade e, certamente, não teríamos mais a qualidade visual que aqueles lugares oferecem. Lugares preservados como esses podem e devem ser explorados em aulas de educação patrimonial urbana, podem servir de “referência externa” para estudantes que vivem em cidades com acelerado processo de transformação e de degradação das paisagens (Figura 3).



Figura 3- Preservação dos lugares de patrimônio e qualidade visual do espaço urbano.
(Fotos da autora- 2010)

Outro diferencial de Ouro Preto é a riqueza do patrimônio cultural imaterial que continua vivo e em plena manifestação nos lugares da cidade, não só no interior dos templos, mas, também nas ruas. Estamos nos referindo às várias formas de expressão cultural de seus habitantes, ligadas a uma religiosidade que tem suas raízes no século XVIII. Os fiéis continuam freqüentando os cultos em suas igrejas ou capelas de santo de devoção e se associando às irmandades tradicionais. Por ocasião da Semana Santa, por exemplo, tradições religiosas seculares são evidenciadas em

diferentes tipos de manifestações. As paróquias do Pilar e da Conceição alternam-se na organização do evento e mobilizam uma participação intensa da população local, tal como nos primórdios da fundação de Vila Rica de Albuquerque.

As pequenas Capelas dos Passos, num total de cinco (conta-se o templo do qual sai e entra a procissão, resultando nas sete paradas sagradas) ficam fáceis de serem visualizadas no espaço urbano, principalmente durante a Semana Santa, quando elas são abertas para representar os passos da Paixão de Cristo. Em outra ocasião, talvez, um visitante tenha maior dificuldade para perceber todas as capelinhas e se surpreenda com as Capelas da Rua São José e da Rua Direita, que estão localizadas discretamente em espaço anexos a uma loja e a uma residência particular, respectivamente.

Segundo Adalgisa Campos coube à irmandade dos Passos, criada por homens brancos em 1715, a construção, supervisão e manutenção das pequenas capelas da *via crucis*. Bem preservadas, estas capelinhas, além de apresentar um valor simbólico para a população de fiéis, imprimem à paisagem urbana certa delicadeza e sensação de surpresa (Figura 4).



Figura 4- Capela dos Passos da Paixão de Cristo e Semana Santa: tradição cultural expressa no espaço urbano. (Fotos da autora- 2010)

As irmandades, organizações religiosas laicas foram fundadas em Ouro Preto no século XVIII em substituição às ordens primeiras (conventuais), que foram

proibidas de entrar na região mineradora pela Coroa de Portugal. Elas eram responsáveis pela construção dos templos, pela organização das missas e procissões, ritos fúnebres e difusão do culto aos santos.

Ainda hoje elas têm papel importante na vida religiosa da cidade, continuando a participar principalmente das missas, procissões e outros eventos ligados ao templo do santo de devoção. A tradição centenária da população de se organizar em irmandades pode ser observada por ocasião dos eventos da Semana Santa que acontecem na cidade. Na procissão do Domingo da Páscoa, por exemplo, todas elas estão presentes e se posicionam no cortejo religioso de acordo com a hierarquia do santo de devoção. Os membros das Irmandades vestem-se com as suas opas tradicionais e levam cruzes, lampadários, tocheiros, varas e turíbulos seculares que são, nos dias de hoje, retirados temporariamente dos museus sacros.

Faz parte também do patrimônio cultural intangível da cidade de Ouro Preto a confecção dos tapetes de rua, feitos especialmente por ocasião das procissões do Santíssimo (Ressurreição e de *Corpus Christi*). Essa tradição popular que remete às festas de inauguração da Igreja-Matriz de Nossa Senhora do Pilar, por ocasião do célebre Triunfo Eucarístico realizado em maio de 1733, é cada vez mais reavivada nas ruas de Ouro Preto. Os tapetes multicoloridos são elaborados com uma infinidade de desenhos, preenchidos com serragens coloridas, palha de arroz, borra de café, raspa de couro, cal, ciprestes, folhas, flores entre outros materiais (Figura 5).

Além de assumir o aspecto sagrado que contribui para dar solenidade à procissão, a preparação dos tapetes também apresenta um aspecto festivo, através do encontro dos habitantes locais e destes com os visitantes. A preparação dos tapetes tem início no dia anterior e atravessa a noite até o amanhecer do outro dia, quando acontece a procissão. A beleza dos tapetes é efêmera e se desfaz quando o cortejo passa, mas a tradição de confeccioná-los num clima festivo, sempre nas mesmas ruas da cidade, partindo da Matriz do Pilar ou da Matriz de Antonio Dias, parece ter valor simbólico forte para os habitantes locais.



Figura 5- Tapetes de rua: patrimônio cultural intangível (Fotos da autora- 2010)

Igualmente importante como festa popular, porém de caráter profano é o carnaval que acontece nas ladeiras de Ouro Preto. Essa manifestação cultural tem também a participação intensa da população local que se organiza em diversos blocos caricatos e utiliza o espaço da cidade de forma bastante democrática para fazer suas apresentações e marchas.

São exemplos de blocos tradicionais, com significado de patrimônio imaterial para os ouropretanos, os Blocos Zé Pereira dos Lacaio e Bandalheira, entre muitos outros. O primeiro foi fundado na cidade por funcionários do Palácio do Governo no final do século XIX e é o bloco mais antigo da cidade. Ele mantém suas características originais e é composto de aproximadamente 60 foliões, que repassam a tradição da festa e do bloco quase que de pai para filho. O segundo, bem mais “jovem”, mas com significado também especial para a população local é a Bandalheira Folclórica Ouro-Pretana (BAFO). Esse bloco que existe há trinta e nove anos na cidade conserva a característica tradicional de percorrer várias ruas em disparada, em ritmo militar acelerado, fazendo suar a todos que, no meio da multidão, tentam acompanhá-lo até a Praça Tiradentes.

A tradição local desta festa popular de rua é marcada pelo desfile de vários outros blocos, que percorrem várias ruas da cidade e seguem todos para a Praça Tiradentes. A praça é o lugar da cidade que marca a finalização de cada desfile, o encontro entre os integrantes de varios blocos e destes com demais foliões que participam da festa.

Por se tratar de uma festa popular, de tradição democrática que faz uso intenso dos espaços públicos da cidade, o carnaval de Ouro Preto pode se constituir em tema de debate em sala de aula, dando destaque, principalmente, a dois aspectos: a utilização dos espaços urbanos como lugar de lazer e fruição, hábito que vem desaparecendo em outras cidades e, em contrapartida, as transgressões no uso do espaço público e dos bens que nele se encontram. Como desdobramento desse debate, a educação patrimonial pode promover o entendimento e distinção entre espaço público e privado, temática pouco explorada na Geografia escolar.



Figura 6- Carnaval de Ouro Preto: festa democrática que faz uso das ruas da cidade. (Fotos da autora-2010).

O local da cidade onde está a Praça Tiradentes parece ter assumido, ao longo do tempo, um papel agregador, quer seja como lugar conveniente para a manifestação de eventos políticos e cerimônias oficiais, em que o Estado aproveitasse da centralidade e valor simbólico desse espaço público para divulgar suas mensagens e representações, quer seja como espaço de sociabilidade e encontro para os habitantes locais e os turistas.

A escolha desse local para assentar o centro administrativo da nova capital da capitania de Minas Gerais, a Vila Rica de Albuquerque, não parece ter sido por acaso. A praça foi instalada no local mais elevado da divisa entre os antigos arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto do Pilar: o Morro de Santa Quitéria. A praça significaria assim o lugar do poder centralizador, o espaço de materialização do Estado monárquico e, ao mesmo tempo, ponto de encontro entre os dois arraiais mais importantes da região, que até então rivalizavam e disputavam o poder local.

Esse lugar da cidade de Ouro Preto foi chamado de Praça da Independência durante quase todo o século XIX, mas passou a se chamar Praça Tiradentes após a instauração do Regime republicano no Brasil. Na busca de representações nacionalistas que agregassem o povo brasileiro, a cidade de Ouro Preto e, mais precisamente, o ponto alto do Morro de Santa Quitéria foi o lugar escolhido pelos republicanos para assentar a estátua do herói nacional, Tiradentes(Figura 7).

De acordo com NATAL,

Datam da década de 1890 as primeiras atitudes documentadas em relação à valorização histórica de Ouro Preto. E dizer em valorização histórica é referir-se às ações voltadas à distinção de um caráter de testemunho da história, ou de prova documental, genuína e incontestável, imanente à cidade em questão. Para tanto, em 21 de abril de 1893, em data que comemorava a morte do mártir Tiradentes, foi inaugurado em Ouro Preto o monumento em sua homenagem, na praça hoje conhecida como Praça Tiradentes.³⁹



Figura 7- Praça Tiradentes: espaço de manifestação de poder e sociabilidade.
(Fotos da autora- 2010)

Intervenções urbanas significativas foram feitas no espaço urbano de Vila Rica quando esta cidade passou à categoria de capital da capitania de Minas Gerais. Nesta época foi construída a maioria das pontes e chafarizes da cidade além dos

³⁹ NATAL, *Op.cit.*

edifícios do antigo Palácio do Governador, hoje Museu da Ciência e da Técnica, e a Casa de Câmara e Cadeia, ocupada atualmente pelo Museu da Inconfidência.

Uma vez que Vila Rica se formou sobre um sítio marcado por muitas colinas, vales e cursos de água, as pontes do Pilar, dos Contos, Rosário, do Funil, Antônio Dias, da Barra, de Padre Faria e do Palácio Velho foram, e ainda continuam sendo, elementos de ligação entre várias regiões da cidade. As pontes do Rosário (Caquende) e de Antônio Dias (ou de Marília), por exemplo, construídas com detalhes caprichosos, tem até hoje a importante função de estabelecer ligação entre as regiões do Rosário e Cabeças e as regiões de Antônio Dias e Santa Efigênia, respectivamente.

Construídas em sua maioria com estrutura de alvenaria em pedras e feitas para durar, algumas, como a ponte da Barra e de Ponte de Antônio Dias, se alargam na sua parte central constituindo, ainda hoje, espaços de estar e de convivência para as comunidades locais. É cena comum na cidade ver grupos de pessoas conversando e assentadas nos bancos que existem nessas pontes.

Os chafarizes, que também estão dispostos no espaço da cidade em concordância com a topografia local são muitos: do Largo de Marília, do Passo de Antônio Dias, da Rua da Glória, do Alto da Cruz, da Igreja da N. Sra. da Conceição de Antônio Dias, da Rua Barão do Ouro Branco, da Praça Tiradentes, do Alto das Cabeças, do Pilar, do Rosário, da Rua das Flores, do Largo Frei Vicente Botelho, da Barra e da Coluna, entre outros.

Eles se dispõem, geralmente, assentados em paredes e muros de construções, principalmente onde as vias se alargam, como o Chafariz dos Contos, ou então, estão dispostos livres de construções adjacentes ou posteriores, a exemplo do Chafariz da Rua da Glória. De uma forma ou de outra a locação dos chafarizes na paisagem urbana é sempre harmoniosa e garante boa visualização (figura 8).

Muitos continuam jorrando água, vinda de mananciais próximos, tal como no período colonial. A diferença é que se naqueles tempos os chafarizes tinham a função primordial de fornecimento de água para a população local, hoje eles assumem outros papéis como embevecer turistas com suas formas arquitetônicas

diferenciadas, divertir jovens e crianças, além de muitos deles continuarem fornecendo água potável para os transeuntes.



Figura 8- Chafarizes presentes nas ruas de Ouro Preto: lugares de fruição. (Fotos da autora- 2010).

A qualidade visual e estética da cidade, as inúmeras festas (profanas e religiosas) e os hábitos e costumes dos habitantes, fazem com que Ouro Preto receba um número cada vez maior de visitantes. Este elevado número de visitantes brasileiros e estrangeiros que a cidade recebe anualmente, exatamente por ter seu patrimônio cultural preservado, pode se apresentar como ponto de partida para aulas de educação patrimonial. O leque de possibilidades a ser explorado aqui é vasto, permitindo que as relações de ensino aprendizagem transcorram na forma de debates sobre os comportamentos e atitudes de turistas e visitantes sobre os espaços urbanos, a importância da preservação do patrimônio cultural urbano como gerador de emprego e renda para as populações locais e nacional, entre outras.

Conforme procuramos demonstrar nos parágrafos anteriores, o patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto continua vivo e sendo vivenciado pelos seus habitantes, através dos diversos usos dos lugares da cidade. A rua, a praça, o largo da igreja, a ponte, o chafariz são lugares de existência corrente dos habitantes locais e não uma *representação cultural* de um passado distante; a fruição dos lugares é profunda e vivenciada, denota uma apropriação afetiva (figura 9). Os hábitos, costumes e festas populares continuam acontecendo como tradições culturais, mas

sem perder o dinamismo. Desta maneira a cidade se apresenta como um *bem*, como um *bem cultural*, que merece atenção e cuidados.

Um dos riscos mais graves que corre o patrimônio cultural das cidades é a possibilidade de perda do seu valor simbólico para as populações locais, muitas vezes devido a processos acelerados de transformação do espaço geográfico ou de degradação ambiental. Muitas cidades do Brasil e do mundo que tiveram seus espaços geográficos muito modificados já começam a inventar tradições e forjar um patrimônio cultural material. Em função de interesses mercadológicos constroem-se nas cidades os cenários de espetáculo, verdadeiros simulacros, os “não-lugares”.

Felizmente o patrimônio cultural intangível de Ouro Preto sobrevive e parece estar entrelaçado e enraizado no patrimônio material (igrejas, ruas, praças, pontes, chafarizes..) que foi alvo de ações de preservação. Esse é um diferencial que talvez ofereça a esta cidade uma grande vantagem: uma maior resistência aos riscos de perda do valor simbólico do seu patrimônio cultural.



Figura 9- A rua, a ponte, o largo da Igreja: lugares de existência corrente dos habitantes locais.
(Fotos da autora- 2010)

2.3.2 Lugares degradados

Quem observa a cidade de Ouro Preto de um ponto privilegiado avista primeiramente um espaço urbano marcado pela presença de monumentos e do casario, típicos do século XVIII, paisagem comumente retratada em cartões postais. Trata-se da parte mais antiga da cidade onde o órgão de proteção do patrimônio atuou intensamente para a preservação. O mesmo observador, estendendo mais o seu campo de visão vai perceber outra paisagem, periférica à primeira, de fisionomia

contrastante, marcada por construções bem recentes e muito raramente pontuada por monumentos.

A malha urbana da parte antiga da cidade, que se encontra preservada, se estende em sentido longitudinal sobre um grande vale, o do Ribeirão do Funil, e tem como limites a Serra de Ouro Preto à norte e a Serra do Itacolomi ao sul. A outra parte da cidade, com predominância de ocupação recente, mas com vestígios de povoamento anterior, se estende pelas encostas íngremes das duas serras.

O espaço urbano da cidade, periférico à parte mais antiga e preservada, começou a se configurar nos anos 1950, com a retomada da atividade mineradora do ferro, alumínio e até do ouro, assim como a implantação de algumas indústrias na região. Nos anos 1960, por decorrência de um processo migratório intenso, o inchaço da cidade já se manifestava na expansão caótica da malha urbana, com ocupações irregulares de encostas nas duas serras.

Além de ocupar áreas com condições geológicas e geomorfológicas desfavoráveis e propícias ao risco de deslizamentos, bem como erguer edificações sem as técnicas de construção adequadas, retirando, para isso, a vegetação natural, o povoamento recente se deu, em sua maior extensão, nas encostas da Serra de Ouro Preto, onde atividades de mineração subterrânea foram intensas no passado. “Bocas de minas” ainda abertas podem ser vistas facilmente nas encostas que ficam de frente à Rodoviária ou, então, ao longo do trajeto de qualquer um que ande pelo Morro da Queimada.

As encostas da Serra de Ouro Preto jamais poderiam ter sofrido tamanha ocupação, ainda mais da maneira desordenada como se deu (figura 10). Os riscos de deslizamentos de terra e desmoronamentos são uma realidade para os moradores locais, que já sofreram tais problemas em vários momentos dos anos 1970, 1980 e 1990.



Figura 10- Ocupação desordenada das encostas da Serra de Ouro Preto - vista da Rua São Miguel Arcanjo, Água Limpa. (Foto da autora- 2010).

Se a cidadezinha do início do século XX apresentava como herança colonial um espaço urbano construído até certo ponto de acordo com as leis da natureza, infelizmente, o mesmo não podemos afirmar para o espaço urbano que Ouro Preto oferece às futuras gerações. O início da ocupação da cidade aconteceu em áreas mais estáveis sobre vales mais largos (Vale do Funil), topos de colinas e platôs de meia encosta; além disso, as inúmeras ruas de traçado tortuoso demonstravam o respeito às curvas de nível dos terrenos. Comparações entre as paisagens atuais da cidade e aquelas registradas em fotografias antigas nos permitem perceber o quanto a área de ocupação aumentou, e quanto diminuíram os quintais e as áreas verdes da cidade e da periferia.

Uma vez que a vegetação natural é retirada e as casas são construídas morro acima, sem técnicas de construções adequadas e sem observar as condições geológicas e geomorfológicas, em caso de chuvas fortes e constantes, comuns no período do verão em Ouro Preto, o perigo de encharcamento do solo e deslizamento de terreno é iminente. Deslizamentos de terras ou avalanches podem resultar em

catástrofes, tal como a que ocorreu no Bairro Piedade (ocupação de parte do Morro da Queimada) em 1997 e que deixou um saldo de doze mortes e um ferido⁴⁰.

O bairro Piedade é apenas um dentre vários lugares degradados de Ouro Preto que merece atenção e cuidados. Quem sabe um novo olhar sobre esta cidade, encarando-a como a somatória de todos os seus lugares e como um bem cultural de todos os seus habitantes, implicaria em políticas efetivas de planejamento urbano, voltadas para sua conservação integral? Pensar a cidade sob este novo olhar significa considerar a sua “historicidade global” e não apenas a história dos lugares que foram “tombados” ou reconhecidos como patrimônio histórico e ou artístico nacional por órgãos de governo.

Próximo à Capela de Nossa Senhora da Piedade, construída por volta de 1720 e tombada pelo órgão do patrimônio em 1939, existe um exemplar de um mundéu que está esquecido e, como aconteceu com muitos outros que existiram na periferia da cidade, corre o risco de desaparecer. O mundéu era uma forma de construção em pedra utilizada pelos mineradores dos tempos coloniais como técnica de extração do ouro. Descrito de forma sumária, este era um repositório construído na base das encostas das serras auríferas com o objetivo de colher a terra revolvida morro acima, para depois permitir a coleta do ouro entre os escolhos.

Infelizmente restam poucos mundéus em Ouro Preto e os museus já começam a fazer exposições, na forma de maquete (Museu da Inconfidência - sala da mineração) ou de fotografias (Museu da Ciência e da Técnica) para representá-los. Esse testemunho de técnicas primitivas de mineração representa um documento material do trabalho dos escravos e seu desaparecimento implica em apagar parte da história do trabalho da população negra no Brasil, que ainda precisa ser contada e permanece desconhecida pela maioria das pessoas.

Incluir a região do bairro Piedade em roteiros de trabalho de campo com estudantes, na cidade de Ouro Preto (com suas várias bocas de minas ainda abertas, com as ocupações irregulares de encostas e com o exemplar raro de mundéu etc),

⁴⁰ BONUCCELLI, T. Estudos dos movimentos gravitacionais de massa e processos correlatos da área urbana de Ouro Preto/MG. Tese de Doutorado em Engenharia Civil: Área de Geotecnia. USP/São Carlos, 1999.

pode favorecer sobremaneira a percepção e a compreensão de outros lugares da cidade que, embora bastante degradados, também são lugares de patrimônio. A observação atenta do espaço geográfico deste lugar pode favorecer questionamentos e debates sobre os processos de seleção/preservação dos bens patrimoniais e a produção de um conhecimento, ou de reconhecimento, de bens culturais diversos.

Infelizmente, a cidade considerada patrimônio cultural da humanidade, quando vista de perto, sem excluir nenhum dos lugares que a compõe deixa à mostra muitos problemas comuns à maioria das cidades brasileiras. São eles: segregação espacial, espaços degradados, mau uso (e abusos) dos espaços públicos, ocupações irregulares, construções ilegais, redução cada vez maior dos espaços verdes, tráfego intenso de veículos, entre tantos outros.

Até mesmo lugares da cidade apontados como “patrimônio histórico e artístico nacional” que se beneficiaram das políticas de preservação sofrem, embora com menor intensidade, com muitos daqueles problemas. A outra parte da cidade, vista só muito recentemente como patrimônio cultural pelos órgãos do governo,⁴¹ sofre com a falta de políticas efetivas de planejamento, de cuidados e de orientações para a população que lá reside. São lugares bastante degradados, que o turismo geralmente não vê.

Se uma cidade não é vista a partir da sua conservação integral então toda ela está sujeita às consequências de problemas não solucionados. Problemas decorrentes de ocupações irregulares nas cidades brasileiras são cada vez mais frequentes e com resultados negativos para quem está alojado nos morros e para quem está situado abaixo deles. Por isso, mais do que nunca, o olhar sobre a cidade deve ser baseado em uma perspectiva que a considere como um patrimônio de todos que ali residem, e não para o usufruto de uma minoria.

Se os lugares da cidade se apresentam com ou sem qualidade de vida, é preciso se ater ao fato de que eles foram construídos pelos cidadãos desta ou de gerações passadas, e sustentados pela cultura ou culturas urbanas dominantes em

⁴¹ O projeto de implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto foi aprovado pela CNIC/MinC, em 21 de dezembro de 2005.

cada época. Se existe hoje uma insatisfação diante da degradação do meio ambiente urbano e uma insatisfação com o descompasso entre a velocidade das mudanças que se processam no espaço geográfico e o tempo da existência humana (tempo de uma geração), devemos reconhecer que tais realidades têm possibilidades de serem alteradas pelas comunidades, na medida em que cada cidadão se reconheça como agente de construção e ou de transformação do espaço geográfico onde vive.

Para enfatizar os argumentos apresentados aqui sobre a importância de pensar o patrimônio cultural urbano de maneira mais abrangente, levando em conta a afirmação da cidadania, dos valores éticos e democráticos, e, principalmente aplicando tal olhar às atividades de educação patrimonial, nos pareceu adequado encerrar com as oportunas observações do historiador Ulpiano Bezerra de Menezes:

(...), nossa sociedade formulou conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais, que se projetam também num certo tipo específico de “uso”, restritivo e gerador de deformidades, ainda que apresentado como nobilitante, mas, na realidade, desqualificador de outros usos e funções.⁴²

⁴² MENESES, *Op.cit.*, p.88.

Considerações Finais

Uma sociedade só pode perdurar se tem um forte sentimento de si mesma. Há momentos em que esse sentimento se elabora fazendo a história, olhando o futuro, em suma, fazendo projetos. Há outros em que é o espaço que garantirá esse papel. O espaço vivido em comum, o espaço onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos, o espaço onde se inscreve a memória coletiva, o espaço, enfim, permitindo a identificação.” (MAFESOLLI, 1995, p. 279.)

Não temos a pretensão de ter resolvido todas as questões levantadas durante a pesquisa, mas, ao menos, mantemos a expectativa de ter trazido contribuição relevante aos temas discutidos no trabalho.

Recapitulando a problemática central da pesquisa, a proposta era discutir alguns aspectos da educação patrimonial com vistas a oferecer contribuição específica aos professores de Geografia (e de outras áreas) que trabalham esse tema com seus alunos, principalmente por meio da metodologia dos trabalhos de campo, com vistas a uma melhor compreensão do patrimônio cultural presente no espaço urbano.

A cidade de Ouro Preto foi escolhida como referência central tanto pela razão de ser um lugar chave nas discussões sobre patrimônio no Brasil, tendo servido quase como “piloto” para implantação das políticas estatais de patrimônio, como também por ser o lugar de experiência da autora em seus trabalhos de campo, que serviram para balizar as reflexões tecidas ao longo do texto. A relação da cidade de Ouro Preto com a construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil é tão estreita que é quase impossível desenvolver uma prática de educação patrimonial urbana, na perspectiva sócio-espacial, sem mencionar esta cidade.

Antes de abordar o tema da educação patrimonial via Geografia foi necessário apresentar algumas reflexões sobre a formação do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Como procuramos mostrar no primeiro capítulo da monografia, o despertar para a questão patrimonial no nosso país ocorreu nas décadas iniciais do século XX, em meio a debates estéticos (modernismo) e políticos (nacionalismo e autoritarismo) que empolgaram intelectuais e homens de governo. Naquele contexto, e a partir das mudanças políticas advindas da chamada Revolução de 1930, o Estado

brasileiro tomou iniciativas de política patrimonial, sobretudo com a criação do SPHAN em 1937, bem como de uma legislação específica.

Nas décadas iniciais de implantação do SPHAN predominou uma concepção de patrimônio ligado exclusivamente a edificações e a obras de arte, tendo o estilo Barroco sido apropriado – e até certo ponto construído – para servir ao propósito de oferecer uma tradição artística nacional ao discurso patrimonial. Assim, a “descoberta” do patrimônio cultural urbano da cidade de Ouro Preto, datado do século XVIII, calhou bem aos propósitos nacionalistas do Estado e dos intelectuais com ele afinados. Dessa maneira, durante várias décadas, as agências de patrimônio cuidaram de preservar e cultivar acervos culturais que serviam de confirmação a uma determinada imaginação nacional, que está baseada nos pressupostos de originalidade e autenticidade do Barroco colonial. Enraizou-se, portanto, a concepção de patrimônio que alguns autores chamam de “pedra e cal”, tendo sido relegadas outras possibilidades.

Posteriormente, nas décadas finais do século XX, tais concepções tradicionais sobre patrimônio começaram a ser questionadas, em plano internacional e nacional, o que abriu espaço para sua ampliação. O alargamento do conceito de patrimônio levou a que fossem considerados dignos de preservação todos os bens tangíveis e não tangíveis, portadores de valores simbólicos para as comunidades locais, incluindo assim, um número cada vez maior de *bens* patrimoniais. Por essa mesma época, as autoridades do patrimônio e alguns professores passaram a se interessar pelo tema da educação patrimonial, tendo surgido no Brasil dos anos 1990 algumas iniciativas para estimular e regulamentar essa atividade escolar, com a edição de guias e propostas curriculares de ensino.

No segundo capítulo da monografia nos propusemos a discutir com mais cuidado as contribuições específicas que os professores de Geografia podem oferecer à educação patrimonial, partindo de uma perspectiva transdisciplinar, enfatizando a educação para a cidadania, preocupados em formar cidadãos responsáveis e solidários com sua cidade, com o planeta. A educação patrimonial via Geografia pode resultar na compreensão dos lugares de patrimônio em escalas variadas: não só em escala nacional, mas também considerando o patrimônio cultural existente no

bairro onde se mora. Assim, o patrimônio cultural passa a ser pensado como bem de uso e fruição, que ocupa espaços (ruas, casas, igrejas, praças, mercados, museus, teatros, bairros...) e produz os *sentidos de lugares* das cidades. Os bens culturais das cidades participam também dos conflitos e apropriações que o meio urbano encerra, pois eles são provedores de lazer, turismo e são geradores de emprego e renda.

Em seguida, passamos a algumas reflexões e análises a partir de alguns dos lugares de patrimônio da cidade de Ouro Preto, procurando demonstrar caminhos e possibilidades para a educação patrimonial. Apresentamos breve diagnóstico de alguns dos principais lugares de patrimônio do “centro histórico” de Ouro Preto, procurando ressaltar a riqueza do patrimônio “de pedra e cal” e sua, muito provável, interferência na preservação de um rico patrimônio imaterial, ali também existente. Procuramos dar o devido destaque às manifestações da cultura local e popular que se apresentam nos lugares da cidade, de forma enraizada e entrelaçada à espacialidade urbana. A leitura que fizemos do patrimônio cultural urbano de Ouro Preto esteve centrada na perspectiva sócio-espacial e principalmente em escala local, procurando apresentar a cidade como espaço de existência corrente, como espaço vivido, com uma rede de significados que lhe confere um sentido de *bem cultural*.

Na nossa perspectiva e de vários outros estudiosos do tema, o patrimônio cultural urbano deve ser entendido para além da concepção de legado histórico e artístico excepcional. Assim, tomando Ouro Preto como uma cidade referência para os estudos de educação patrimonial propomos uma forma de olhar mais abrangente sobre esta cidade, para além dos lugares de patrimônio restritos ao “centro histórico” do século XVIII e tombados pelos órgãos oficiais de preservação. Fazem parte do patrimônio cultural desta cidade todos os lugares em relação aos quais os cidadãos manifestam afetividade ou sentimento de pertencimento, os lugares de prazer e fruição dos turistas e os outros lugares, que embora degradados e nem tão felizes para a fruição e vivência devem ser incluídos nos estudos de educação patrimonial via Geografia.

À cidade também pertencem os lugares periféricos a esse centro, os quais concentram a população mais pobre e os problemas sociais e ambientais. Ouro Preto

possui muitos lugares degradados, mal cuidados e por isso a educação patrimonial deve aproveitar os trabalhos de campo para destacar a complexidade urbana e abrir a discussão sobre os problemas e dilemas relacionados.

Em suma, nossa preocupação principal foi propor caminhos para pensar e praticar uma educação patrimonial mais abrangente, capaz não apenas de informar os alunos sobre os lugares históricos e artísticos de referência para o imaginário nacional, mas também de levá-los a perceber outros espaços e práticas, dignos de preservação e respeito, como os espaços degradados da cidade e as manifestações da cultura popular. De outro modo, se trabalharmos apenas sob a ótica de um conceito de patrimônio cultural limitado iríamos gerar, igualmente, práticas limitadas de educação patrimonial urbana.

Partindo dessa perspectiva, assim acreditamos, os resultados serão mais eficazes tanto no sentido da valorização do patrimônio oficialmente reconhecido pelo Estado, e cujo valor não questionamos, quanto na direção de formar cidadãos preocupados em fruir de maneira sadia os espaços urbanos, respeitando o passado, as tradições, mas pensando também na vida presente e no futuro.

Bibliografia

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AÇÃO EDUCATIVA – MEC. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular, 1º segmento. Coordenação e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo; Brasília, 2001.

ALBANO, Celina e Stela Maris Murta (Org). *Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte; Ed UFMG; Território Brasilis, 2002.

ANDRADE, Mário de. *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional* in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. P.128-137. n° 30, 2002.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1947.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BERTOLOZZI, Arlêude. Educação Ambiental, Território Urbano e Novas Práticas Sócio-espaciais: repensando o processo de “gentrificação” para a sustentabilidade das cidades brasileiras. Revista Utopia y praxis latino-americana, 2008.

BONUCCELLI, T. Estudos dos movimentos gravitacionais de massa e processos correlatos da área urbana de Ouro Preto/MG. Tese de Doutorado em Engenharia Civil: Área de Geotecnia. USP/São Carlos, 1999.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Adalgisa. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Tratos Culturais/Editora Francisco Inácio Peixoto, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do não lugar. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. Educação e Patrimônio Cultural. In: In. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. [Lições de Minas – volume XXIII – dezembro de 2002], pp. 65-80.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C / Arte, 2003.
- CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988, disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. In. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. [Lições de Minas – volume XXIII – dezembro de 2002].
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. O Ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: *Patrimônio: Práticas e Reflexões*. Anais da I Oficina de Pesquisa: A Pesquisa Histórica no IPHAN, Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008, pp 13-25.
- COELHO, José Efigênio Pinto. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987.
- CORREIA, Lobato Roberto. Textos NEPEC 3. *Sobre a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: UERJ-IGEO, setembro de 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres de. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 24. Brasília: IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN, 2002.

GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil*. Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: Annablume. 2000.

HANSEN, João Adolfo. Teatro da memória: monumento barroco e retórica. *Revista do IFAC*. Ouro Preto, n.2, pp.40-54, dez. 1995.

HOBSBAWM, Eric J, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. O Conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea. *GEOgraphia(UFF)*, UFF/EGG, Niterói, RJ,v.5, n.10, p113-123, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira, et alli. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MACHADO, Lourival Gomes Machado. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho,1997.

MARTINS, Alexandre de Souza & DAMASCENO, Sueli (org.) *Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana*. 2d. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996.

MEIRA, Ana Lúcia. *O Passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YÁZIGI, Eduardo;

CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, 1996, pp.88-99.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002a.

_____. *Ciência com consciência*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002b.

_____. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002c.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: *Revista do SPHAN*. nº 22. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, 1987.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. *Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica*. Disponível em www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo4.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória - Revista Eletrônica CEDAP*, v. 2, n. 2, p. 1-24. , Assis – São Paulo 2006b.

PINHEIRO, Antônio Luiz ; SOBREIRA, Frederico Garcia; LANA, Milene Sabino. Influência da expansão urbana nos movimentos em encostas na cidade de Ouro Preto, MG. *Revista Escola de Minas*. vol.56 no.3 Ouro Preto, julho de 2003.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. L. B. Origens da noção de preservação cultural no Brasil. *Risco* (São Carlos), v. 3, 2006.

SANTOS, Milton. *A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo*. CIDADE & HISTÓRIA - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992: 241-244.

- SILVA, Fernando Fernandes da. *Mário e o Patrimônio, um anteprojeto ainda atual* in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. P.128-137. n° 30, 2002.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Turismo, Cultura e Lazer, 3).
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar a perspectiva da experiência*. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1983.
- VASCONCELOS, Sylvio de. *Arquitetura, arte e cidade – textos reunidos*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.
- _____. *Vila Rica*. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996,